



# Esporte Educativo

[ACESSAR E-BOOK](#)

FICHA TÉCNICA

---

# **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

## **Ministro da Cidadania**

João Roma

## **Secretaria Executiva**

Luiz Galvão

## **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**

Ronaldo França Navarro

# **DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO E DISSEMINAÇÃO**

## **Diretor**

Bruno Baranda Cardoso

## **Coordenação Geral de Disseminação**

Amaliair Cristine Atallah

## **Equipe técnica**

Natália da Silva Pessoa

Tarcísio da Silva Pinto

Thais Kawashima

# **SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL**

Fabiola Pulga Molina

# **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS INTERSETORIAIS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL**

## **Diretora**

Anne Michelle Boechat Vieira

## **Coordenação-Geral de Esportes**

Carlos César Drobiniche Lombardi

### **Equipe técnica**

Marcelo Rodrigo Ferreira de Jesus

Claudio Luiz Pinheiro da Silva

Elisângela Landim dos Santos

Lorrany de Oliveira Santana

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

### **Reitor**

Prof. Dr. Edward Madureira Brasil

### **Vice-Reitora**

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sandramara Matias Chaves

## **CONTEUDISTAS**

Profa. Dra. Vanessa H.S. Dalla Déa

Prof. Me. Vicente P.B. Dalla Déa

Profa. Dra. Marlini Dorneles Lima

Profa. Dra. Jéssica Félix Nicácio Martinez

Prof. Gleyson Batista Rios

## **CENTRO INTEGRADO DE APRENDIZAGEM EM REDE**

### **Direção do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede**

Marília de Goyaz

### **Vice-Direção do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede**

Silvia Figueiredo

### **Coordenação Pedagógica e Gestão Moodle**

Janice Lopes

### **Coordenação Tecnológica**

Amilton Araújo

### **Coordenação de Comunicação**

Raniê Solarevisky de Jesus

### **Coordenação de Publicação**

Ana Bandeira

### **Coordenação de Publicação Multimídia**

Wagner Bandeira

## Coordenação de Publicação Audiovisual

Flávio Gomes

## Design Instrucional

Wagner Bandeira

## Identidade Visual e Desenvolvimento do e-book

Laryssa Tavares

Leandro Pimentel

## Diagramação

Leandro Pimentel

Victor Frazão

## CEGRAF UFG

Goiânia, 2021.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

### GPT/BC/UFG

B823

Brasil. Ministério da Cidadania.

Esporte educacional [Recurso digital-HTML5] / Ministério da Cidadania ; Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. – Goiânia : Cegraf UFG, 2021.

59 p. : il.

Modo de acesso: Wold Wide Web:

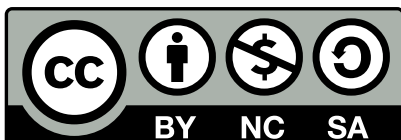
[https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/ebook\\_esporte\\_educacional](https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/ebook_esporte_educacional).

ISBN (E-book): 978-85-495-0418-0

1. Esportes. 2. Educação inclusiva. 3. Professores de educação física. 4. Qualificações profissionais. 5. Integração social. I. Título.

796:37

Bibliotecária responsável: Adriana Pereira de Aguiar / CRB1: 3172



O presente trabalho foi realizado com apoio do Ministério da Cidadania. Esta obra está sob licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

## APRESENTAÇÃO

p.01 ∨

---

Esse material tem como objetivo proporcionar pressupostos para formação para atuação em Programas de Esporte Educacional. Estudos apontam que o Esporte Educacional tem realizado seu propósito de democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, a partir de 06 anos de idade, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Apontam também que os programas de Esporte Educacional podem melhorar sua atuação considerando-se a inclusão de grupos por anos invisibilizados na prática dos esportes, como as pessoas com deficiência, as meninas, entre outros. Assim, por meio da discussão, da inclusão, propomos um novo olhar para o Esporte Educacional, com foco na diversidade humana e nas diferentes formas de aprendizagem.

Essa proposta trata da qualificação integral dos professores de Educação Física, dentro das diretrizes do Esporte Educacional e Inclusivo, e foi elaborada considerando-se a necessidade do Ministério da Cidadania, expressa no processo no. 71000.049741/2020-99, e em duas avaliações do Programa de Esporte Educacional, que apontam para a necessidade de ampliação da formação para inclusão.

Com isso, esse material faz parte de um produto que propõe a oferta contínua de capacitação, por meio de curso a distância de caráter autoinstrucional, para processo de implementação e transposição de uma prática pedagógica capaz de maximizar o acesso de crianças e adolescentes ao Esporte Educacional.

Buscando oferecer maior qualificação de professores de Educação Física, esse material tem como objetivos de aprendizagem específicos:

∧ p.02

---

- Conhecer aspectos cruciais à atuação de Recursos Humanos envolvidos nos Programas de Esporte Educacional em todo o país.
- Identificar estratégias para democratização do acesso à prática e à cultura do esporte educacional de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, a partir de 06 anos de idade;
- Articular ações de formação da diversidade, cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social;
- Consolidar princípios do esporte educacional e inclusivo;

- Contextualizar e empregar os conceitos, possibilidades e benefícios da inclusão do esporte e do esporte paralímpico nos Programas de Esporte Educacional.

Entre os professores de Educação Física, buscaremos alcançar principalmente os que atuam no desenvolvimento das atividades correlatas aos programas e projetos desenvolvidos no âmbito da SNEELIS e interessados que almejam conhecer um pouco mais sobre programas educacionais, incluindo Coordenadores Gerais; Coordenadores Pedagógicos; Coordenadores de Núcleo; Professores de Educação Física; Monitores e público interessado.

Apresentamos quatro diferentes capítulos. O primeiro traz os Pressupostos Básicos do Esporte Educacional Inclusivo e tem como objetivos discutir os princípios, o aprimoramento pedagógico e compreender o contexto de gestão participativa da política de Esporte Educacional. Entre os conteúdos trabalhados temos: Conceitos e Papel Social do Esporte Educacional; Planejamento e Fundamentos Pedagógicos do Esporte Educacional; Modalidades do Esporte Educacional; Eventos Esportivos Escolares e Esporte Educacional.

O segundo capítulo aborda questões sobre “Esporte para Cidadania e Qualidade de Vida”. Os objetivos foram de contribuir com a disseminação dos conhecimentos das políticas de esporte educacional, como elementos de transformação social, integrando ações sociais e discutindo elementos que possam orientar reflexões de aprofundamento sobre o tema do esporte educacional junto à comunidade. Buscamos também trazer elementos para que o professor possa atuar em Programa Educacional e desenvolver atividades de forma correta, adequada e condizente com suas respectivas atribuições, proporcionando uma entrega dos serviços ofertados aos beneficiados pela política pública de esporte e lazer, com excelência e qualidade. Para isso, discutimos os conteúdos: Educação Sistemática; Pedagogia Sistemática; Princípios da Escola Inclusiva; Liderança e Comunicação; Escuta Sensível; Higiene e Saúde Pública.

No terceiro capítulo é apresentado o “Respeito à Diversidade e Inclusão no Esporte Educacional”. Tem como objetivo proporcionar discussões sobre a diversidade de públicos e o poder do esporte nesse espaço, buscando tornar os professores mais aptos e conscientes de sua importância no papel que irão desempenhar junto aos núcleos implementados e preparados para lidarem com o público atendido nos programas ofertados. Os conteúdos são: Diversidade na Escola; Antidopagem (ABCD) e Ações de Redução da Demanda de Drogas; Meninas no Esporte; Acessibilidade e Inclusão; Capacitismo.

E o quarto capítulo busca trazer “Propostas Inovadoras de Atuação Inclusiva”. O objetivo foi fazer discussões para conscientizar os participantes da sua contribuição no processo de construção de caminhos para as ações que serão realizadas, e mobilizar a participação eficiente e criativa do público no contexto social. Foram planejados como conteúdos: Valores do Esporte Inclusão; Valores Olímpicos e Paralímpicos; Estudo de Bibliografia Voltada ao Esporte Educacional para Estimular a Produção de Conteúdos e Propostas Voltadas ao Esporte Educacional.

Bons Estudos!

# MÓDULO 1

## Introdução

p.03 ∨

Para darmos início a nossa discussão sobre Esporte Educacional e a ênfase que queremos dar na inclusão social e educacional dos indivíduos, independentemente de suas características, como classe social, deficiência, orientações sexuais e identidade de gênero, raça, entre outras, gostaríamos de lembrar de onde partimos.

A Educação Física e o Esporte, mesmo o educacional, enfrentam até hoje dificuldades de se apresentarem de forma inclusiva no contexto da escola e também fora dela. E essa dificuldade social bem como na Educação Física, de ser inclusiva, se reflete nas práticas realizadas nos programas de Esporte Educacional.

Estudos mostram que projetos de Esporte Educacional são de fundamental importância e têm conseguido atingir seus objetivos de democratizar o acesso de crianças e adolescentes à prática esportiva, em especial aqueles expostos à vulnerabilidade social, mas que a forma com que a mídia trata o esporte está presente na ideia desses participantes e dificulta ainda mais uma relação educacional com um público que já traz agravantes e dificultadores sociais, comportamentais, emocionais, econômicos, entre outros que são obstáculos para uma atuação democrática e verdadeiramente inclusiva (MONTEIRO, 2010).

A forma como o Esporte e a Educação Física foram direcionados durante os tempos dificultaram sua abordagem educacional. O modelo mecanicista pautado na parte física/motora e nos aspectos biológicos, ainda bastante presentes na Educação Física, inclusive na escola, é resultado de momentos em que o corpo foi utilizado e valorizado exclusivamente como força de trabalho, onde o esporte assumiu papel de construir um corpo saudável, robusto e produtivo.

### TOME NOTA



Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

- I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;



- II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- III. o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;
- IV. a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

O Esporte e a Educação Física também carregam traços da Revolução Industrial que trouxe a divisão das classes, precarização e surgimento de epidemias. Esse movimento deu origem à reorganização sanitária e ao modelo higienista com a Educação Física assumindo o papel de buscar hábitos mais saudáveis, assepsia e a formação de uma ordem social fincada nas questões morais.

Outro fator que influenciou a Educação Física na época foi o estudo da eugenia, ciência que explicava a humanidade biologicamente. Prevalendo o doutrinamento físico como forma de promover a produção de capital por meio do trabalho, sendo que este corpo deve ser dócil para não causar estranhamento ao modo de produção e forte o suficiente para suportar o ardor laboral.

^ p.04

Os métodos ginásticos também foram utilizados na Educação Física com objetivo de regenerar a raça e promover a saúde a fim de constituir uma sociedade servil e forte para servir à pátria na guerra e fortalecer a indústria.

Na Educação Física escolar, em meados de 1.850 no Brasil, o que imperava era a moralidade sanitária, influenciada pelo modelo higienista, eugênico e moral.

Nessa época, fora do ambiente escolar, surgem centros de atendimentos e reabilitação que incluem em suas práticas o esporte adaptado, que apesar de carregar essa mesma história, exigem um novo olhar com a presença de um grande número de soldados com alguma deficiência decorrente da Segunda Guerra Mundial, que precisavam ser atendidos. Dando origem à Educação Física Adaptada como uma área de conhecimento que teve e tem repercussão no Esporte Educacional.

Já na década de 80 no Brasil, o modelo ginástico, ora eugenista, ora militar e esportivizado, passa a ser questionado pelos adeptos das abordagens críticas da Educação Física, buscando uma atuação mais inclusiva e educacional, que considerasse a realidade social dos participantes.

Para contrapor o modelo existente surgem algumas novas teorias de ensino na Educação Física, como a Teoria do Ensino Aberto, com a obra "Concepções abertas no ensino de educação física" (HILDEBRANDT; LAGING, 1986), a Crítico-superadora apresentada na obra "Metodologia no Ensino da Educação Física", pelo Coletivo de Autores (SOARES et al, 1992), além da abordagem Crítico-emancipatória, que tem como autor Kunz (1994).

Cada uma dessas abordagens possuem suas particularidades (DALLA DÉA; DALLA DEA, 2020) com princípios pertinentes ao Esporte Educacional, como o diálogo e estímulo ao sujeito em se colocar no lugar do outro, considerar os determinantes sociais incentivando a construção da democracia, contemplar a totalidade humana e social, em uma práxis reflexiva e crítica, da necessidade de transformação da realidade, entre outros princípios que buscam transformar a Educação Física puramente tecnicista, esportivizada e biologista.

Ainda hoje esses traços estão presentes:

Em linhas gerais, a Educação Física e o esporte aparecem alicerçados na seletividade e na eficiência esportiva, nas quais os mais aptos, os mais habilidosos e os mais performáticos são suas expressões (OLIVEIRA; PERIM, 2009, p.23).

Acreditamos que essa discussão seja fundamental quando se fundamenta o Esporte Educacional buscando construções teórico-práticas para além do esporte atrelado ao alto rendimento, por meio de uma educação efetivamente emancipatória e inclusiva.

# MÓDULO 1

## 1.1 Conceitos e contextos dos programas de esporte educacional

p.05 ∨

É sempre importante lembrar que o Esporte é um direito social constitucionalmente garantido. Segundo o artigo 217 da Constituição brasileira, as práticas desportivas devem ser fomentadas como direito de cada um. Ainda nesse artigo, é apontado que o Esporte Educacional deve ser promovido com destinação de recursos públicos.

Considerando-se a diversidade cultural, social, econômica, política, física, sensorial, cognitiva, entre tantas outras possíveis de se encontrar nos diferentes contextos em que o Esporte Educacional pode ser proposto, para além do direito previsto em lei é necessário que se tenha políticas públicas e que se tenha claro quais os objetivos dessa práxis.

O Esporte Educacional utiliza o esporte como fator de mudança social para além da performance, buscando o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes considerando sua realidade sociocultural e os considerando como indivíduos capazes de fazer mudanças em sua comunidade, os empoderando e apresentando caminhos por meio das vivências no esporte.

Os programas de Esporte Educacional tem se apresentado como importante meio de transformação social, Oliveira e Perim (2009, p. 09) relatam que:

o esporte educacional deve ser compreendido para além de sua forma institucionalizada, ou seja, como toda forma de atividade física que contribua para a aptidão física, o bem-estar mental, a interação, a inclusão social e o exercício da cidadania. Consequentemente, assume como elementos indissociáveis de seu propósito pedagógico as atividades de lazer, recreação, práticas esportivas sistemáticas e/ou assistemáticas, modalidades esportivas e jogos ou práticas corporais lúdicas da cultura brasileira, de forma a possibilitar ampla vivência e formação humana e de cidadania, sobretudo de crianças, adolescentes e jovens.



**Mas qual é a proposta do Esporte Educacional?**

A proposta do Esporte Educacional é utilizar o esporte como fator de mudança social para além da performance, buscando o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, considerando sua realidade sociocultural e os considerando como indivíduos capazes de fazer mudanças em sua comunidade, os empoderando e apresentando caminhos por meio das vivências no esporte.

**Agora vamos conhecer seus conceitos e seu papel social?**

## 1.1.1 Conceitos e Papel Social do Esporte Educacional

Podemos conceituar o Esporte Educacional como aquele que se utiliza das diferentes práticas corporais com objetivo educativo, buscando à formação integral das crianças e adolescentes, sem ênfase competitiva, sem objetivo de seletividade, entendendo sua realidade sociocultural, os considerando como indivíduos capazes de fazer mudanças em sua comunidade, os empoderando e proporcionando cidadania e dignidade. O Esporte educacional pode ser realizado na escola ou em outros centros esportivos ou espaços, buscando o desenvolvimento integral do cidadão por meio dos valores intrínsecos do esporte.

Para avançarmos na concepção de esporte excludente historicamente construída é importante entendermos como tem sido tratado os conceitos e princípios do Esporte Educacional. A partir da constitucionalização do Esporte Educacional este tem sido utilizado frequentemente como objetivo de políticas públicas e projetos sociais que visam avançar na inclusão social e formação cidadã.

^ p.06 v

### TOME NOTA



**Para começar, que tal anotarmos as características principais do Esporte Educacional?**

Podemos conceituar o Esporte Educacional como aquele que se utiliza das diferentes práticas corporais com objetivo educativo, buscando à formação integral das crianças e adolescentes:

- sem ênfase na competitiva excessiva,
- sem objetivo de seletividade,

- entendendo sua realidade sociocultural,
- considerando-os como indivíduos capazes de realizar mudanças em suas realidades sociais,
- empoderando-os e proporcionando cidadania e dignidade.

O Esporte Educacional pode ser realizado na escola ou em outros centros esportivos ou espaços, mas sem a ênfase tecnicista que o esporte carrega em sua história.

Discutir e conceituar esporte não é tão simples, segundo Reis et al (2015, p.719):

O esporte como elemento hegemônico na cultura corporal é emblemático e metafórico da grandeza e complexidade que o marca. Trata-se de uma das mais ricas, controversas e paradoxais dimensões da cultura humana. Conhecê-lo implica apreender sua gênese e seu desenvolvimento, em outros termos significa entender o que ele foi, o que está sendo e o que tende a ser.

Ao se estudar e discutir o Esporte Educacional muitas variáveis podem ser objeto de estudo, Reis et al (2015) realizaram uma análise da produção científica sobre Esporte Educacional e encontrou três categorias de estudos, sendo eles: Formação Esportiva na Escola, Esporte e Inclusão Social em Projetos Socioeducativos e Política do Esporte Educacional. Os resultados apontam a “necessidade de revigoração da produção científica sobre o tema”. Ressaltamos e concordamos com as conclusões e entendemos o revigoração com duas concepções: a necessidade de robustecimento, ou seja, aumento de estudos na área, mas, também, como revitalização, isto é, olhar a partir de um novo paradigma.

É dessa forma que propomos olhar para o Esporte Educacional a partir da ótica inclusiva, onde a diversidade humana precisa ser considerada. Assim, partimos das nossas pesquisas e publicações sobre a inclusão de pessoas com necessidades específicas, entre elas as pessoas com deficiência. Mas fazemos isso com postura crítica e responsável sem privilegiar um grupo ou outro, entendendo todas as pessoas como diversas e como detentoras de eficiências e deficiências. E sem fazer de conta ou tratar com menosprezo aqueles que tenham alguma característica, que não seja a esperada enquanto uma performance adequada ou esperada para o momento.

Oliveira et al (2009, p.238) trazem como preocupação e nos fazem refletir sobre a necessidade de se ter uma visão crítica dos objetivos a serem atingidos com o Esporte Educacional e traçar objetivos por meio do planejamento:

“Fazer de Conta” que sua finalidade é democratizar o acesso ao Esporte Educacional de qualidade como forma de inclusão social, criar espaços de empoderamento, viver com a diversidade, melhorar as habilidades motoras, diminuir a evasão escolar, educar pelo esporte e para o esporte, entre outras finalidades, faz de suas intenções uma grande “força de vontade” que terá pouco resultado.

O papel social e educacional do esporte já é amplamente discutido na literatura, suas características universais, plurais, culturais, formativas, educativas, pedagógicas, entre tantas outras, o tornam parte importante de Programas Sociais. Daólio e Belozo (2008) propõem um novo olhar para a técnica esportiva, com ênfase na construção cultural desse elemento para repensar a pedagogia do esporte, a partir de referenciais das ciências sociais e humanas, tratando a cultura esportiva ressignificada, mais democrática, singular e autoral. Os autores consideram como técnica o “modo de fazer” e como tática as “razões do fazer”.

### **1.1.2 Discutir Exclusão, Segregação e Inclusão Educacional**

O Esporte pode ser um importante elemento para minimizar um problema muito sério no Brasil: a evasão e exclusão escolar. Com objetivo de propor uma prática diferenciada no Esporte Educacional, nesse material traremos uma discussão e reflexão sobre a exclusão, segregação e inclusão educacional que podem acontecer no ambiente escolar, na Educação Física Escolar e também no Esporte Educacional vivenciado no horário de aula ou no contraturno.

Apesar dos nossos estudos e pesquisas se pautarem no olhar para as pessoas com deficiência, trataremos esse tema aqui buscando e focando na diversidade humana, onde a diversidade física, visual, auditiva e a neurodiversidade é presente em todas as pessoas. Essa discussão também tem como objetivo abrir portas para uma discussão que faremos posteriormente neste livro sobre a intervenção no desenho universal, onde uma mesma atividade busca atender e abraçar o máximo possível de diversidade por meio de estratégias específicas.



A exclusão escolar não é um fato novo, desde a ampliação da educação pública de 1920 a 1950 já vivenciávamos a exclusão escolar, onde as pessoas que não se adequavam à forma de ensino ou ao sistema educacional vigente eram excluídas do ambiente educacional.

Apesar da inegável importância do movimento dessa época, com redução de grupos historicamente excluídos da educação brasileira, o fracasso escolar, amplamente apresentado na literatura, foi gritante. Levando à exclusão de alguns e à criação das classes especiais, que, diferente do que muitos pensam, não foram criadas especificamente para pessoas com deficiência e sim para estudantes com diferentes características que não se enquadravam ao ensino tradicional.

Apesar das primeiras escolas especiais surgirem em torno de 1850, foi na década de 60 a 70 que o número dessas escolas aumentou significativamente. E não atendia apenas pessoas com deficiência, podíamos na década de 80/90 em escolas especiais de pessoas com deficiência intelectual encontrar com facilidade pessoas com doenças mentais e pessoas com dificuldades educacionais vindas de necessidades educacionais específicas, como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, dislexia, entre outras, além de pessoas com dificuldades educacionais por falta de estímulos socioculturais.



Esses movimentos de exclusão e integração acontecem quando o sistema educacional se pauta na igualdade de oportunidades e acaba por não reconhecer e valorizar as diferenças. A escola não muda como um todo, mas os alunos têm que mudar para se adaptar às suas exigências. Quantas vezes vimos essa mesma realidade acontecer no Esporte? Quantas vezes as regras e o congelamento dos gestos desportivos são colocados acima das condições e características das crianças e adolescentes participantes?

^ p.08

---

No meio educacional a integração prevê a inserção parcial das crianças e se baseia na individualização dos programas instrucionais por meio de serviços segregados. Em Programas de Esporte Educacional, mesmo com o objetivo de ampliar o acesso e realizar a inclusão social, muitas vezes o “fazer de conta” acontece com a divisão de turmas por níveis, onde os menos habilidosos são alocados para turmas próximas da porta de saída e com provável exclusão.

Assim, propomos aqui entendermos e abraçarmos no Esporte Educacional os princípios da Educação Inclusiva, muitas vezes pensada exclusivamente para as pessoas com deficiência, mas que em sua essência deveria ser pensada em toda a diversidade humana.

A inclusão supõe a abolição completa dos serviços segregados. Nessa perspectiva, as mudanças seguem para além de questões estruturais, envolvem princípios metodológicos, utilização de instrumentos adequados, leis e regras que atendam às necessidades educativas de todas as crianças, uso de linguagem que atenda a todos e, principalmente, necessita haver uma mudança no olhar de todos os envolvidos acerca da diferença.



Para Rodrigues (2007, p. 101), “incluir não é acabar com as diferenças, na medida em que integramos os alunos com diferenças significativas aos ‘iguais’, mas, pelo contrário, é enfraquecer a ideia de ‘padronização’ e ‘normalização’”. A inclusão parte do princípio de que todos somos diferentes e que a sociedade deve se adaptar para atender as diferenças. Talvez uma das causas mais determinantes da insuficiência da educação integrativa seja esta ter-se preocupado exhaustivamente com o apoio ao aluno (com a intervenção com o aluno) e não ter cuidado a intervenção com o professor e com a escola no seu todo (RODRIGUES, 2003, p. 74).

## EXEMPLO



Em Programas de Esporte Educacional, mesmo com o objetivo de ampliar o acesso e realizar a inclusão social, muitas vezes se "faz de conta" que há inclusão. Um exemplo é a divisão de turmas por níveis, onde os menos habilidosos são alocados para turmas próximas da porta de saída e com provável exclusão.




Entende-se por inclusão a garantia a todos do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação, de oportunidade de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (BRASIL, 2001, p. 20). Portanto, independente das diferenças e da relação que as pessoas estabelecem entre si, todos os cidadãos de uma nação democrática devem gozar dos mesmos direitos e deveres.

Todos os cidadãos têm direito à educação e igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, direito esse, presente em nossa Constituição (1988) nos artigos 205 e 206. A educação inclusiva é um direito de todos, no entanto, para que aconteça com qualidade, proporcionando a aprendizagem dos alunos, a formação inicial e continuada é fundamental. E propomos que o Esporte Educacional seja um caminho para a inclusão.

# MÓDULO 1

---

## 1.2 Programas de Esporte Educacional

p.09 

---

Como já dissemos, o Esporte Educacional está previsto na Constituição Brasileira, como prioritário na destinação dos recursos em relação ao esporte de alto rendimento, demonstrando assim sua força em cumprir o direito ao esporte e lazer “como direito de cada um” (BRASIL, 1988).

A partir dessa legislação pode-se observar a criação de Políticas Públicas e destinação orçamentária que pode ser melhor entendida com o trabalho de Castro, Scarpin e Souza (2017). Na área da inclusão vivenciamos, como pesquisadores e como família de uma pessoa com deficiência, a dificuldade de efetivação do direito previsto em legislação pela falta de políticas públicas que tenham previsão orçamentária para que esses se efetivem. Assim, o investimento no Esporte Educacional certamente foi fundamental para a dimensão que esse tomou no Brasil.

Apesar desse desenvolvimento, Machado et al (2017) demonstram que muito ainda temos a caminhar, por meio de seus estudos concluem:

Os resultados apontam para a incorporação do esporte no cenário político e como esta tem sido marcada principalmente pela disputa de interesses, levando a criação de diversos documentos que buscam delimitar conceitos e investimentos, porém de maneira insatisfatória, cabendo ainda ao esporte de alto rendimento os maiores investimentos (P.103).

Programas e ações do Esporte Educacional têm sido realizados no Brasil com muito envolvimento e dedicação de professores de Educação Física que acreditam no poder formativo do esporte. São inúmeros os projetos e ações de Esporte Educacional, que acontecem junto a projetos sociais ou de forma isolada, no Brasil.

Um exemplo desses projetos é o Programa Ensino Esporte e Juventude de Taubaté/SP, que é municipal, com unidades em bairros periféricos diferentes, e apresenta como finalidades: vivenciar modalidades esportivas; estimular o desenvolvimento cognitivo, físico-motor e afetivo-social; ampliar o conhecimento cultural sobre o esporte; conscientizar sobre a importância da atividade física e hábitos saudáveis e estimular a autonomia e a reflexão crítica preparando o aluno para o exercício da cidadania (MACHADO; GALLATI; PAES, 2015).

Outro exemplo de projeto com fins educacionais é o projeto Esporte em Ação de Curitiba/PR, ação realizada em um bairro carente e com problemas sociais, apresentado e discutido por Castro e Souza (2011), que segundo os autores é “percebido como um espaço que protege os participantes de “males das ruas”, como um espaço de aprendizagem e como um espaço para se jogar, brincar, se divertir e estar com amigos” (p. 145).

Certamente o “Programa Segundo Tempo” é a referência de projeto nacional de Esporte Educacional, que há décadas tem envolvido pesquisadores e professores renomados na área da Educação Física em seu estudo, desenvolvimento e na formação dos professores que estão à frente das atividades deste. Alguns materiais elaborados com objetivo de formação no Programa Segundo Tempo foram produzidos por professores de universidades públicas, onde chamamos atenção para Grecco, Conti e Morales (2013), organizado por professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e para Oliveira e Perim (2009), organizado por professores da Universidade Estadual de Londrina.

^ p.10 v

O Programa Segundo Tempo foi objeto de estudo de dezenas de dissertações e teses, pesquisadores realizaram suas dissertações e teses nesse tema em universidades como Unicamp, UFMG, UFRGS, UNB, UEM, UEL, UFRN, UFPE, UFV, UERJ, UFBA, UFG, UFSC, entre outras instituições brasileiras.

## EXEMPLO



Clique na logo ao lado e conheça um pouco mais do programa no seu site.

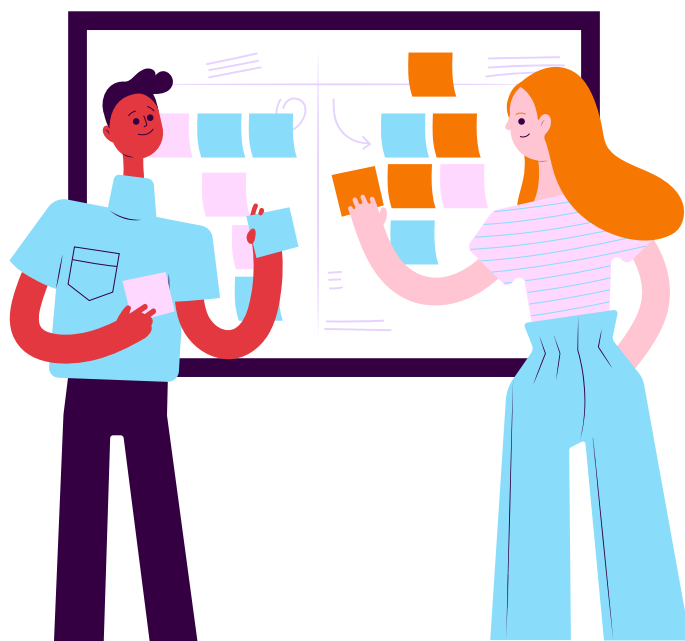


Nesse material não temos como objetivo nos deter a um ou outro programa, mas trazer conceitos que os programas apresentam em comum. Buscamos apresentar princípios e caminhos para reflexão sobre a atuação nos programas já existentes e para elaboração de novos programas. Trazemos nossos estudos com ênfase nos princípios da educação inclusiva, sem a pretensão de ser melhor que os demais princípios já abordados nos estudos e materiais formativos anteriores, mas com uma proposta que atende a uma necessidade e dificuldade apresentada pelos professores atuantes nos projetos e pelas pesquisas que abordam tais programas: por uma atuação inclusiva, para todos, humana e consciente.

## 1.2.1 Planejamento

Certamente, falar de planejamento para o Esporte Educacional, considerando a abrangência do tema em questão, é um grande desafio que impossibilita dar conta do todo com a profundidade que merece em um só material. No entanto, procuraremos realizar reflexões para aprimorarmos o objetivo de planejar considerando a diversidade de público, de realidades e de possibilidades.

O planejamento aumenta significativamente as chances de se atender aos objetivos propostos. A dificuldade de inclusão no Esporte Educacional, verificada na significativa desistência de participação apresentada em vários estudos, muitas vezes está relacionada com a falta de um planejamento adequado. Planejar o que ensinar e como realizar esse ensino, o que Grecco et al (2013) chamaram de “ensinar o esporte” é parte importante do planejamento do Esporte Educacional que abordaremos em outro capítulo, mas aqui buscamos discutir alguns princípios da educação inclusiva que podem enriquecer a ação planejada do professor no Esporte Educacional.



Nos projetos de Esporte Educacional planejamos a partir de propósitos, objetivos e metas apresentadas pelos Programas do qual fazemos parte. Mas planejamos também, a partir do que gostaríamos de oferecer para aquela comunidade, algo que acreditamos que poderá proporcionar melhora nas condições e qualidade de vida, de educação e de relações para as crianças e adolescentes envolvidos. Geralmente é apaixonante ouvir os “planos” dos professores envolvidos em projetos sociais e educacionais, mas muitas vezes estes se perdem considerando-se as dificuldades encontradas na realidade onde essas ações acontecem. Assim, torna-se fundamental que ao planejar se considere onde, com quem e com que condições.



Parece puramente poético, mas é complexo, segundo Oliveira et al (2009) “a intervenção pedagógica mediada por metas deliberadas é um processo dinâmico, intencional e complexo e, por isso, tem características instáveis e provisórias” (p.237). Dessa forma, é fundamental que o planejamento seja flexível, que envolva uma avaliação processual e reconstrução de objetivos a partir dos resultados encontrados.

Para além de princípios provenientes de Programas e Projetos de Esporte Educacional, e de intenções e objetivos dos próprios professores atuantes, existe um fundamento básico e primordial da educação inclusiva que propomos dar ênfase ao se planejar ações no esporte educacional que é “Nada sobre nós sem nós” (SOUZA, 2013; SANTOS, 2020). As crianças e os adolescentes muitas vezes não são consultados quando se planeja ações, projetos e programas para eles.



As rodas de conversa ao final das aulas com os participantes, a escuta sensível e o olhar atento do professor podem ser instrumentos de avaliação processual riquíssimos para que os objetivos e metas sejam adequados e o planejamento obtenha maior sucesso para alcançar os princípios do Esporte Educacional. Vamos falar mais sobre escuta sensível e gestão participativa mais a frente.

Reforçamos que o planejamento é fundamental para se alcançar objetivos, mas o engessamento pode levar ao fracasso. O diálogo com as situações cotidianas e com os participantes deve proporcionar a reformulação constante do planejamento e adequação à realidade. Oliveira et al (2009) também propõem nesse sentido quando, discutindo planejamento, relatam que “esses processos de interação e aprendizagem do Esporte Educacional devem partir das suas experiências concretas e das de seus alunos, possibilitando o aumento de conhecimentos e saberes sociais, culturais, de cidadania, de autonomia” (p.239).

Outro princípio discutido na educação inclusiva que gostaríamos de chamar atenção junto ao planejamento do Esporte Educacional, para que este atinja seu objetivo de ação inclusiva, ou seja, participação de todos os alunos, é o Ensino Colaborativo (MENDES, 2006). A complexidade vivenciada pelos programas e projetos de Esporte Educacional com as diferentes realidades sociais e com a diversidade humana é apresentada em vários artigos, dissertações e teses, o que muitas vezes resulta em exclusão de participantes por falta de conhecimento do professor. Ao lidar com a diversidade humana, é impossível que o professor seja detentor de todos os conhecimentos para que planeje e aja adequadamente considerando a diversidade racial, de gênero, sensorial, cognitiva/neurológica, motora, cultural, entre outras tantas. Assim, prever um trabalho interdisciplinar no planejamento, e realizar um trabalho interdisciplinar durante o planejamento, aumenta a possibilidade de atingir metas e objetivos do Esporte Educacional respeitando-se a diversidade humana.

Oliveira et al (2009) ao discutirem planejamento no Esporte Educacional consideraram essa complexidade, e apresentaram a necessidade do professor de compreender a diversidade para planejar, quando indicam a “leitura atenta” sobre gênero e sexualidade. Os autores relatam que o planejamento é fundamental para que se atinja “o desenvolvimento de valores humanos, sociais, culturais e éticos por meio do Esporte Educacional” (p.240).

Como propomos, neste material trouxemos alguns princípios da Educação Inclusiva para discutir o planejamento no Esporte Educacional, sendo que esses buscam complementar e não substituir princípios para planejamento já apresentados. Assim indicamos a leitura do capítulo “Planejamento do programa segundo tempo a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo” de Oliveira et al (2009) e o capítulo “Planejamento das atividades” de Grecco et al (2013).

## 1.2.2 Fundamentos pedagógicos

Partimos da concepção de que um projeto social nasce da convicção de pessoas, organizações, governamentais ou não governamentais, tendo-se como princípio a necessidade de mudar realidades que afetam as condições de vida e o desenvolvimento das pessoas (MELO; DIAS, 2009, p.17).

Para discutir fundamentos pedagógicos para o Esporte Educacional, para além de entendê-lo como direito constitucional, temos que entender os princípios do Esporte Educacional.

O documento da Política dá às práticas esportivas sua grande importância ao desenvolvimento humano, e sua utilização histórica para atingir objetivos políticos/sociais como apresentamos anteriormente. A importância do esporte na sociedade vem o tornando prioridade nas diversas sociedades do mundo atual, sendo determinante na formação dos indivíduos que a compõem, e como importante fenômeno sociocultural (TUBINO, 2010).

A Lei nº 9615 de 1998, que institui normas gerais para o desporto já reconhecia o poder do desporto educacional “para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante”, no entanto apresentava limites para seu desenvolvimento pois traz no seu teor uma hierarquização existente com respeito ao desporto educacional, de participação e de rendimento, que desconsidera a realidade de desigualdade social (BRASIL, 1998). Essa ênfase é um limite para o desenvolvimento do Desporto Educacional e de Participação, retrato de determinações históricas e correlação de forças da época, que a Política Nacional do Esporte propõe superar.

Um dos preceitos principais do Esporte Educacional é o da diversidade, advogando que o direito ao esporte deve ser garantido para todas as pessoas, sem distinção de cor, etnia, gênero, ou condição socioeconômica, em especial as populações empobrecidas e os menos hábeis para a prática esportiva. Diversidade nesse documento é entendido como:

se expressa por uma concepção concreta e dinâmica na relação humana, na qual a “diferença” é um importante elemento de conhecimento que deve ser explicitado e defendido, ao mesmo tempo em que se denunciam e se combatem permanentemente as mazelas da desigualdade (BRASIL, 2005, p.23).

Outro ponto importante para se pensar em fundamentos pedagógicos a partir da Política Nacional de Esporte, é identificar como essa entende o Esporte Educacional. Segundo o documento, o sentido educativo é dado ao esporte ao se ter como objetivo os princípios da cidadania, da diversidade, da inclusão social e da democracia. O esporte é caracterizado como educacional quando:

efetiva a participação voluntária e responsável da população, concretizando a auto-organização e a autodeterminação com práticas que não comprometam o caráter genuinamente nacional e popular. Deve promover o desenvolvimento da Cultura Corporal nacional, cultivar e incrementar atividades que satisfaçam às necessidades lúdicas, estéticas, artísticas, combativas e competitivas do povo, tendo como prioridade educá-lo em níveis mais elevados de conhecimento e de ação que se reflitam na criação de possibilidades de solução dos problemas sociais que, no momento, impedem o progresso social (BRASIL, 2005, p.23).

Assim, os fundamentos pedagógicos adequados ao Esporte Educacional envolvem, para além da vivência dos movimentos desportivos, tudo o que o momento dessa vivência envolve, toda sua riqueza com as vivências biopsicossocial, reforçando seu conteúdo social à pura apropriação de técnicas, ressaltando a natureza lúdica do jogo, sendo que “o lúdico abre o jogo à participação de todos e torna o jogo democrático” (BRASIL, 2005, P.25).

## TOME NOTA



Se você acessar a página 23 do documento a seguir, poderá ver como a PNE caracteriza o Esporte Educacional.



Buscando mais uma vez trazer para o Esporte Educacional os princípios da Educação Inclusiva, considerando os preceitos da Política Nacional de Esporte para o respeito à diversidade e trazendo pressupostos mais práticos para encaminhamento pedagógico dos fundamentos aqui discutidos, apresentaremos algumas estratégias pedagógicas/metodológicas que apresentamos com mais detalhes em Dalla Déa e Dalla Déa (2020).

Muitas vezes os professores de Educação Física sentem dificuldades em tornar suas atividades mais inclusivas pela falta de documentos que indiquem, para além dos princípios teóricos, formas de efetivar a inclusão em suas aulas. Analisando 66 dissertações e teses defendidas entre 2008 e 2018, sobre inclusão na Educação Física, verificamos que alguns fundamentos e estratégias pedagógicas podem propiciar aulas mais inclusivas (DALLA DÉA; DALLA DÉA, 2020).

Neste trabalho, para além dessa pesquisa em trabalhos científicos, realizamos pesquisa com professores de Educação Física em uma Instituição Especial, buscando práticas pedagógicas e fundamentos que pudessem enriquecer a atuação do professor na Educação Física inclusiva, elencamos pressupostos sobre estratégias metodológicas para inclusão como: organização dos alunos, instrução para aula, materiais, atividades inclusivas, entre outras. Assim, caso queira se aprofundar indicamos a leitura de Dalla Déa e Dalla Déa (2020).





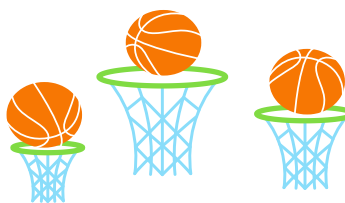
Clique na imagem acima para acessar o site

Um exemplo dessas estratégias, em nossas pesquisas verificamos que uma forma de evitar a exclusão das crianças e adolescente menos hábeis, e tornar as aulas mais inclusivas, é apresentar diferentes estratégias para apresentar uma mesma atividade. Então, um jogo que tem como objetivo que a bola chegue em um aro pequeno e alto pode ser vivenciado com aros de diferentes tamanhos, em diferentes alturas, parados ou em movimento, com um ou vários aros, entre outras possibilidades.

No entanto, muitas vezes uma estratégia que visa inclusão acaba segregando os alunos menos hábeis quando o professor separa a turma em grupos em que alguns façam apenas as atividades adaptadas e outros façam as mais exigentes. Para os alunos mais hábeis vivenciarem atividades adaptadas pode-se trazer novas vivências e maior desenvolvimento de habilidades já presentes e proporcionar o respeito à diferença, componente tão importante na formação humana. Para os menos hábeis realizar as atividades com os mais hábeis é uma aprendizagem para ambos, uma oportunidade de aprendizado ou de descoberta de competências, e uma forma de aumentar a autoestima.



Um jogo que tem como objetivo que a bola chegue em um aro pequeno e alto pode ser vivenciado com aros de diferentes tamanhos, em diferentes alturas, parados ou em movimento, com um ou vários aros, entre outras possibilidades.



Essa estratégia de múltiplas possibilidades em uma mesma atividade parte de outro princípio da Educação Inclusiva que podemos levar para o Esporte Educacional, tornando-o mais inclusivo e educativo, chamamos de Desenho Universal da Aprendizagem, que ainda é pouco utilizado e estudado na Educação Física e no Esporte Educacional no Brasil.

Segundo Munster e Lieverman (2019), o Desenho Universal da Aprendizagem é uma nova perspectiva, baseada em evidências da neurociência, que busca acomodar pessoas com diferentes características de aprendizagem em um currículo responsivo à variabilidade neurológica dos alunos. O Desenho Universal de Aprendizagem considera que cada aluno é único e para atender à diversidade de formas de aprendizado oferece múltiplas possibilidades de estímulos por meio da linguagem, de materiais, de estratégias, de organização de aula, entre outras.

Pode-se encontrar na literatura e na vivência do Esporte Educacional diversos relatos de exclusão, onde os professores não oferecem para participantes não hábeis com alguma necessidade específica ou ainda com alguma deficiência possibilidades e oportunidades de participação e sucesso nas aulas. Mas também vivenciamos e estudamos exemplos de professores que já utilizam-se dos princípios do Desenho Universal da Aprendizagem e conseguem manter turmas com alunos diversos. Propomos nesse material, que nós professores busquemos tornar essa prática mais constante, trilhando caminhos e possibilidades para que esses professores mais inclusivos sejam valorizados e que possam socializar cada vez mais suas estratégias.

### 1.2.3 Modalidades no Esporte Educacional

O “Esporte Educacional” como um dos seus elementos constitutivos básicos, deve ser cuidado com vistas a atender plenamente os interesses das diversas comunidades sem contudo perder sua essência formativa (GRECCO, 2013, p.08).

Nesse momento, refletindo sobre as modalidades esportivas nos projetos e programas de Esporte Educacional, vamos discutir modalidades a serem trabalhadas. Segundo a Política Nacional do Esporte no Esporte Educacional:

As modalidades selecionadas devem ter um maior potencial de universalidade e compreensão dos elementos culturais brasileiros - futebol de campo e de areia, vôlei de areia, futevôlei, capoeira e outras semelhantes. Portanto, o ensino na escola não deve orientar-se, apenas, para a formação de uma futura elite esportiva, o

que não significa a eliminação da possibilidade do desenvolvimento de atletas a partir do ensinamento das práticas esportivas na escola (BRASIL, 2005, p.25).

Assim, na discussão das modalidades a serem trabalhadas no Esporte Educacional consideraremos outras práticas corporais para além dos esportes competitivos/formais. Para Oliveira e Perim (2009), o Esporte Educacional:

Deve ser compreendido para além de sua forma institucionalizada, ou seja, como toda forma de atividade física que contribua para a aptidão física, o bem-estar mental, a interação, a inclusão social e o exercício da cidadania. Consequentemente, assume como elementos indissociáveis de seu propósito pedagógico as atividades de lazer, recreação, práticas esportivas sistemáticas e/ou assistemáticas, modalidades esportivas e jogos ou práticas corporais lúdicas da cultura brasileira, de forma a possibilitar ampla vivência e formação humana e de cidadania, sobretudo de crianças, adolescentes e jovens.

^ p.15

---

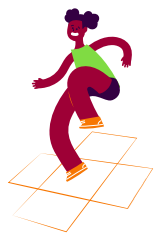
Melo, Bretas e Monteiro (2009) ao discutirem as modalidades para o Programa de Esporte Educacional Segundo Tempo dizem que as atividades devem atender às diferentes expectativas e interesses, considerando-se toda diversidade de gênero, idade, deficiência e aptidão, com atividades diversas. Inclusive com atividades que atendam às diversas características, indo ao encontro da nossa discussão de desenho universal. Os autores destacam que se deve utilizar as diversas linguagens e manifestações, dando como exemplo os esportes praticados na natureza, em quadras e campos, as lutas, esportes radicais, caminhadas em ambientes naturais ou urbanos; danças e ginásticas.

Segundo Tubino (2010, p.71), apesar de serem diferentes:

É muito difícil a desvinculação do Esporte Educacional da Educação Física, conforme a pesquisa de Dessupoio Chaves (2006) demonstrou, ao relacionar os objetivos da Educação Física Escolar com os princípios do Esporte Educacional.

Tanto a Educação Física Escolar quanto o Esporte Educacional têm como objetivo a formação do indivíduo por meio das práticas corporais. No entanto, os espaços podem não ser os mesmos, considerando que os projetos e programas de Esporte Educacional podem estar na escola, em centros esportivos, em bairros, ou em outros espaços.

Mas como os projetos e programas de Esporte Educacional são variados, adotando determinadas e diferentes práticas corporais de acordo com suas condições, expectativas e experiências dos professores envolvidos, vamos apresentar aqui as possíveis práticas corporais ou modalidades esportivas por meio da legislação vigente.



brincadeiras e jogos



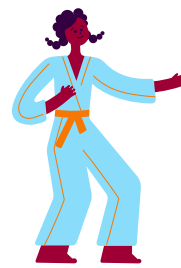
dança



esporte



ginástica



lutas



práticas corporais

A categorização apresentada em Brasil (2018) na Educação Física escolar “não tem pretensões de universalidade, pois se trata de um entendimento possível, entre outros, sobre as denominações das (e as fronteiras entre as) manifestações culturais tematizadas” (p.214), dividindo as unidades em 6 categorias: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura.

Independente da modalidade de prática corporal adotada em determinado projeto ou programa o importante é destacar seu aspecto educacional. Segundo Machado, Galatti e Paes (2015, p.406):

os conteúdos abordados – além de terem significado aos alunos – precisam ultrapassar a esfera da prática motora, sendo parte de um processo de ensino, vivência e aprendizagem que privilegie o ensino de valores e comportamentos, questões históricas e culturais sobre o esporte e as modalidades aprendidas, a discussão sobre a ética no esporte, a influência da mídia, o respeito, entre outros conhecimentos que fazem parte do universo esportivo e contribuem para o aspecto educacional e social da prática esportiva.

## **MÓDULO 1**

---

### **1.3 Gestão Participativa da Política de Esporte Educacional**

p.16 

Os novos paradigmas gerenciais requerem funções descentralizadas, participativas, interdependentes e integradas (SOUZA, 2016, p.02).

Trouxemos durante esse texto alguns princípios da Educação Especial como “Respeito à Diversidade”, “Ensino Colaborativo”, “Nada sobre nós sem nós” e “Desenho Universal da Aprendizagem”. Discutimos também os princípios do Esporte Educacional como desenvolvimento integral, transformação social, formação humana, cidadania e protagonismo. São temas que se relacionam, se completam, e que devem ser considerados nos direcionamentos para gestão dos projetos e programas.

A gestão participativa vai ao encontro de todos esses princípios, favorecendo a gestão, envolvendo a natureza da ação humana de transformação da realidade e a essência da organização cooperativa e horizontal.

#### **PARA PENSAR**



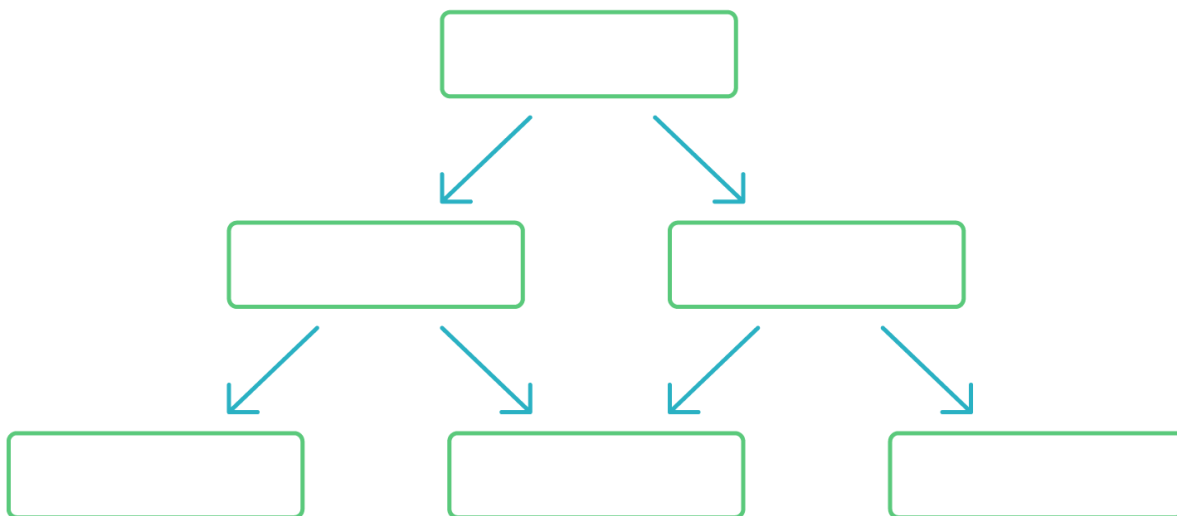
Os novos paradigmas gerenciais requerem funções descentralizadas, participativas, interdependentes e integradas (SOUZA, 2016, p.02).

#### **1.3.1 Conceitos Básicos de Gestão Participativa e Inclusiva**

Para que os projetos e programas de Esporte Educacional sejam realmente educacionais e inclusivos, a diversidade deve estar presente não apenas na participação das práticas corporais, mas desde sua concepção até a avaliação processual e final.

Ricci, Sotero e Barbosa (2001, p. 18) relatam que o desafio é “formular a reforma democrática da gestão pública” superando “os modelos de gestão burocrático e tradicional, enraizados em nossa cultura política”. Esses autores trazem discussões sobre a história e origem dos caminhos e insatisfações que levaram à busca da gestão participativa. Apresentam a dificuldade de se superar os modelos de gestão burocrático e tradicional, muito presentes na nossa cultura política.

Na visão dos autores, tanto a gestão burocrática quanto a tradicional, dificultam a participação da sociedade na construção coletiva e horizontal, prejudicando e tirando a oportunidade de um maior envolvimento na resolução de problemas e a possibilidade de se atingir suas necessidades, interesses e aderência. A gestão burocrática é realizada com estrutura hierárquica, onde os projetos e programas são geridos por pessoas especializadas, que agem com autonomia e trazem as diretrizes de forma verticalizadas já determinadas com regras definidas, estáveis e imutáveis. A gestão tradicional não avança muito para a participação da sociedade e ainda apresenta problemas sérios como: práticas políticas marcadas pela fidelidade e troca de favor, uma gestão por intuição com ausência de planejamento global de ações, propostas sociais marcadas pelo assistencialismo entre outras características (RICCI; SOTERO; BARBOSA, 2001).



Desta forma, a gestão participativa, além de atender aos princípios do Esporte Educacional e inclusivo, já apresentado nesse texto, proporciona maior envolvimento, possibilitando com isso o sucesso nos projetos e engajamento de toda a comunidade envolvida.

Quando a população participa dos processos de decisão, de planejamento, forma-se uma massa crítica a respeito dos temas, acumulam-se conhecimento e reflexão que geram interesse. E, se a participação é efetiva e não apenas encenação, os movimentos populares se reconhecem nas medidas tomadas e colaboram para seu sucesso. É nesse sentido que a participação pode significar ganhos de eficiência, além da ampliação da Democracia (SALLES, 2014, p.81)

No caso específico do Esporte Educacional, a participação da comunidade na formação e gestão dos programas e projetos amplia o alcance das atividades, assim “para potencializarmos o uso dos espaços de lazer, devemos buscar o maior envolvimento possível da comunidade interessada. Isto é, procurar administrar não para os envolvidos, e sim em conjunto com eles” (MELO; BRETAS; MONTEIRO, 2009, p.56).

Certamente, a gestão participativa se mostra mais inclusiva e mais trabalhosa, mas diminui a chance de retrabalho e, conseqüentemente, de gastos de tempo e recursos extras. Ao ouvir os envolvidos nos projetos e programas poderemos entender melhor suas necessidades, interesses e condições de participação, diminuindo assim a possibilidade de erros, e está prevista na legislação.



Levando em consideração o modelo participativo em detrimento aos demais, temos que ter clareza que para se chegar em um nível de construção coletiva, onde todos os atores participam de forma efetiva do projeto, é necessário antes de tudo, oportunizá-los, oferecendo ferramentas para que estes tenham condições e conhecimento necessário para contribuir, pois, caso contrário, a detenção do conhecimento fica para um ou parte pequena do grupo e os demais ficam impossibilitados do debate e assim da construção coletiva.

No Estatuto da Criança e Adolescente a participação da comunidade é garantida em diversos momentos. O artigo 53 traz que é direito da criança, adolescente e sua família a organização e participação na definição de propostas educacionais. O artigo 88 da mesma legislação é previsto nas diretrizes da política de atendimento à participação popular paritária e a mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.



Clique na imagem acima para acessar o estatuto

### 1.3.2 Gestão em Eventos Esportivos Escolares e Esporte Educacional

Para além da gestão dos projetos e programas, a gestão dos eventos esportivos dentro desses devem ser organizados atendendo aos mesmos princípios do Esporte Educacional. Os eventos podem ser momentos importantes de confraternização, de troca de experiências, de atividades intergeracionais, de descobertas de parcerias e de muitas outras possibilidades positivas.

Os grandes eventos e a ação da mídia causam encanto e influência na sociedade, principalmente nas crianças e adolescentes, que deve ser considerada de maneira crítica e utilizada de maneira educativa e positiva.

#### PARA PENSAR



A Copa do Mundo de futebol aí está, mostrando que o drama de alguns, a glória de outros, a fibra de muitos, a superação individual e o duelo constante com os limites são todos ingredientes dignos de qualquer peça shakespeariana e fazem do esporte um fenômeno sociocultural de grandes proporções. Tal fenômeno não é apenas objeto de apreciação por fervorosos seguidores. Ele serve também de modelo para que crianças, jovens, adultos e idosos se engajem em atividades similares, não raro tentando simular os eventos que tanto cultuam. Por se tratar de uma atividade com um fim em si própria e por encerrar significados tão profundos para as pessoas, não é de se espantar que o esporte mantenha uma relação de ambiguidade com outras formas de atividade que têm no movimento um fim em si mesmo (GO TANI; MANOEL, 2004, p.113).



Para atender aos fundamentos e princípios do Esporte Educacional, os eventos propostos nesses projetos/programas devem também atender ao objetivo de democratizar o acesso de crianças e adolescentes à prática esportiva, buscando o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, considerando-se a diversidade cultural, social, econômica, política, física, sensorial, cognitiva, entre tantas outras possíveis de se encontrar nos diferentes contextos. Eventos festivos com atividades culturais, que valorizem a cultura regional e a troca de conhecimento com a comunidade, podem e devem ser valorizados no contexto educacional, no entanto, as atividades esportivas competitivas podem ser realizadas desde que na medida educativa. A competição saudável é fundamental para a formação das crianças e adolescentes, entender e vivenciar a vitória e derrota, o erro e acerto, a construção em equipe, a presença de objetivos, a resolução de problemas, entre outros, são fatores presentes em vivências competitivas regradas de bom senso e planejamento. Estudos têm mostrado o fator excessivo e competitivo em eventos esportivos escolares e não deve ser repetido nos projetos e programas de Esporte Educacional, considerando que:

Outros autores apontam os efeitos do stress provocado pelo excesso de treinamento e/ou competição inadequada, com cobranças exageradas em relação à capacidade das crianças e jovens atletas. Segundo esses autores, o stress excessivo, associado a situações de cobrança, pode chegar a produzir diferentes reações como: transtornos psicossomáticos, problemas dermatológicos, transtornos gastrointestinais, alterações de apetite, alterações no sono e até insônia, desvios de comportamento, aumento da ansiedade e da agressividade, esgotamento físico e psicológico (burnout), distúrbios cognitivos (falta de atenção e concentração, distrações, esquecimento, bloqueio mental) e síndrome de saturação esportiva (GO TANI; MANOEL, 2004, p.248).

Segundo a Política Nacional do Esporte, para que se materialize a inclusão social pelo esporte nos projetos sociais e educacionais, é importante que se atenda desde a criança até o idoso, oferecendo-lhes atividades diferenciadas e integradas, que abranjam todas as manifestações esportivas, mantendo sempre como preceitos fundamentais a cidadania, a diversidade e a inclusão. Assim, os eventos esportivos e sociais dos projetos e programas do Esporte Educacional podem cumprir esses propósitos e ainda proporcionar a troca de experiências e respeito ao conhecimento familiar e da comunidade.



Outra forma de aproximar é aproveitar as experiências dos pais em relação ao esporte e à cultura corporal, oportunizando-lhes que relatem aos filhos e demais participantes essas vivências. É possível também o desenvolvimento de eventos esportivos com a participação dos pais. Há, ainda, a possibilidade de eventos com a participação dos pais na organização, logística e até mesmo na divulgação. Com a família envolvida,

pode-se ter a chance de um avanço social ampliado, pois todos podem aprender coletivamente desde o esporte até as regras básicas de convivência da escola e da comunidade (DARIDO; OLIVEIRA, 2009, p.219).

Os eventos podem facilitar e maximizar as características democráticas e participativas dos projetos/programas educacionais. Podem proporcionar a aproximação com a comunidade, com suas ideias, necessidades, satisfações e insatisfações, favorecer a avaliação do alcance do projeto/programa, dando subsídios para sua reestruturação e a ampliação dos seus benefícios.

## IMPORTANTE



### O outro lado das competições

Outros autores apontam os efeitos do stress provocado pelo excesso de treinamento e/ou competição inadequada, com cobranças exageradas em relação à capacidade das crianças e jovens atletas. Segundo esses autores, o stress excessivo, associado a situações de cobrança, pode chegar a produzir diferentes reações como: transtornos psicossomáticos, problemas dermatológicos, transtornos gastrointestinais, alterações de apetite, alterações no sono e até insônia, desvios de comportamento, aumento da ansiedade e da agressividade, esgotamento físico e psicológico (burnout), distúrbios cognitivos (falta de atenção e concentração, distrações, esquecimento, bloqueio mental) e síndrome de saturação esportiva (GO TANI; MANOEL, 2004, p.248).

Chegamos ao final deste capítulo, os conteúdos aqui tratados trazem caminhos diversos para que o Esporte Educacional seja mais consciente e inclusivo, esperamos que tenhamos atingido os objetivos propostos, e para além disso, que os leitores tenham se sentido motivados a ampliar a práxis e buscar um espaço mais prazeroso, convidativo, cooperativo e inspirador. Aguardamos vocês no próximo capítulo!

# **MÓDULO 1**

---

## **Referencial Teórico**

p.20

TANI, G.; MANOEL, E J. **Esporte, educação física e educação física escolar**. in: GAYA, A; MARQUES, A.; TANI. G. (orgs.). **Desporto para Crianças e Jovens: Razões e Finalidades**, 2004.

BENTO, J. O. **Desporto para crianças e Jovens - Das Causas e dos Fins** in: GAYA, A; MARQUES, A.; TANI G (org) **Desporto para Crianças e Jovens: Razões e Finalidades**, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP; 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 9615 de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais para o desporto. Brasília. 1998. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9615-24-marco-1998-351240-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte. Brasília. 2005. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/contato/83-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/sala-de-imprensa2/21849-politica-nacional-do-esporte>. Acesso em 13 fev. 2021.

CASTRO, S. B. E.; SOUZA, D. L. **Significados de um projeto social esportivo: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes**. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 17, n. 04, p. 145-163, out/dez de 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/22268> Acesso em: 08 fev. 2021.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; SCARPIN, Jorge Eduardo; SOUZA, Doralice Lange de. **Financiamento público e esporte educacional: uma análise do processo orçamentário do programa “Segundo Tempo” (2004-2011).** *Revista Motrivivência*, Set/2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p136> . Acesso em: 08 fev. 2021.

DALLA DÉA, V. H. S.; DALLA DÉA, V. P. B. **Guia de inclusão na educação física na escola comum** [Ebook]. Goiânia: Cegraf, UFG, 2020. Disponível em: [https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/colecao\\_inclusao/index.html#livros](https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/colecao_inclusao/index.html#livros). Acesso em: 10 fev. 2021.

DAOLIO, J.; VELOZO, E. L. **A técnica esportiva como construção cultural: implicações para a pedagogia do esporte.** *Pensar a Prática*, 11(1), 9-16, 2008. Disponível em: [www.revistas.ufg.br/pef/article/view/1794](http://www.revistas.ufg.br/pef/article/view/1794) Acesso em 15 fev. 2021.

DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B.. Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo. *In: OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática.* Maringá: Eduem, 2009.

GO TANI, A. M.; MANOEL, E. J. Esporte, educação física e educação física escolar. *In: GAYA, A.; GO TANI, A. M. Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades.* Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

GRECCO, P. J.; CONTI, G.; MORALES, J. C. P. **Manual de práticas para a iniciação esportiva no Programa Segundo Tempo.** Maringá: Eduem, 2013.

GRECCO, P. J.; CONTI, G.; SILVA, S.A.; MORALES, J. C. P. O planejamento das atividades na proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo. *In: GRECCO, P. J.; CONTI, G.; MORALES, J. C. P. Manual de práticas para a iniciação esportiva no Programa Segundo Tempo.* Maringá: Eduem, 2013.

GRECCO, P.J. Apresentação. *In: GRECCO, P. J.; CONTI, G.; MORALES, J. C. P. Manual de Práticas para a Iniciação Esportiva no Programa Segundo Tempo.* Maringá: Eduem, 2013.

HILDEBRANDT, R.; LAGING, R. **Concepções abertas ao ensino da educação física.** Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1986.

KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B. **Esporte educacional no programa segundo tempo: uma construção coletiva.** *J. Phys. Educ.* v, 27, e2719, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2448-24552016000100117&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2448-24552016000100117&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 10 fev. 2021. KUNZ, E. *Transformação didático-pedagógica do esporte.* Ijuí: Unijuí, 1994.

MACHADO, G. V.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. **Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica.** *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, Porto Alegre, p. 405-418, fev. 2015. ISSN 1982-8918. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/48275>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MACHADO, G.V., ALMEIDA, R.S.; CHAMON, E.Q.O.; PAES, R.R. **A análise da evolução das políticas públicas em esporte educacional no Brasil. Revista Ciências Humanas**; 10(1-1):103-15. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/406> . Acesso em: 10 fev. 2021.

MELO, J.P.; DIAS, J.C.N.S.N. **Fundamentos do programa segundo tempo**: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação. OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (orgs.) **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.

MELO, A.M.; BRETAS, A.; MONTEIRO, M.B. **Fundamentos do lazer e da animação cultural**. OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (orgs.) **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.

MENDES, E. G. **Colaboração entre ensino regular especial**: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. *In*: MANZINI, E. J. (org.). **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006. p.29-41.

MONTEIRO, V. H. L. **Projeto segundo tempo**: o fanzine e a leitura do esporte em bairros violentos. **Conexões**, Campinas, SP, v. 8, n. 3, p. 10–15, 2010. DOI: 10.20396/conex.v8i3.8637723. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637723>. Acesso em: 5 fev. 2021.

MUNSTER, M. A. V.; LIEBERMAN, L. J. **Universal Design for Learning and Differentiated Instruction in Physical Education. Adapt Phys Activ Q**. 2019 Jun 27;36(3):359-377. DOI: 10.1123/apaq.2018-0145. PMID: 31155914.

OLIVEIRA, A.A.B.; MOREIRA, E.C.; JUNIOR, H.A.; NUNES, M.P. **Planejamento do Programa Segundo Tempo**: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo. *In*: OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (orgs.) **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá : Eduem, 2009.

OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.

REIS, N.S.; SANTOS, S.A.; MATIAS, W.B.; ATHAYDE, P.F.A.; MASCARENHAS, F. **O esporte Educacional como tema da produção de conhecimento no periodismo científico brasileiro**: uma revisão sistemática. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 3, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/pef/article/view/34326> Acesso em: 12 fev. 2021.

RICCI, R.; SOTERO, F. BARBOSA, L. A. A.; 2001. **Gestão participativa em rede**: descentralização e participação popular em gestões municipais. Disponível em: [www.abipti.org.br/Agropolos/PDF/Rede/gestao\\_participativa\\_rede.doc](http://www.abipti.org.br/Agropolos/PDF/Rede/gestao_participativa_rede.doc). Acesso em: 15 de abr. 2007.

RODRIGUES, D. A. **A Educação Física perante a Educação inclusiva**: reflexões conceituais e metodológicas. **Rev. da Educação Física/ UEM Maringá**, v. 14, nº 1, p. 67 – 73. 2003.

RODRIGUES, D. **Dimensões da Formação de Professores em Educação Inclusiva**. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Investigação em Educação Inclusiva**, vol 2. Lisboa: Fórum de Estudos de Educação Inclusiva, 2007.

SALLES, H. M. **Gestão democrática e participativa** / Helena da Motta Salles. – 3. ed. rev. ampl. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014.

SANTOS, S. M. **Nada sobre nós sem nós**. **Revista da ENAMP**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 62-72, mar. 2020. Disponível em: <http://revista.enamp.org.br/index.php/revistaenamp/article/view/18>. Acesso em 13 fev. 2021

SOARES, C. L.; TAFFAREL, C; VARJAL, E; CASTELLANI L. F; ESCOBAR, M. O; BRACHT, V. (Coletivo de Autores) **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, B.G.S. Souza, C. B. G. de. **Gestão participativa**: conceitos e operações fundamentais. Revista on-Line de política e gestão educacional. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9128> . Acesso em: 10 de fev. 2021

^ p.18

SOUZA, R. B. **Nada sobre nós, sem nós**: uma análise da legitimidade jurídica da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. **Revista Opinião Jurídica** (Fortaleza), Fortaleza, v. 11, n. 15, p. 213, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/303> Acesso em: 13 fev. 2021.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte-educação / Manoel Tubino. Maringá: Eduem, 2010.

## MÓDULO 2

---

### Introdução

p.21 ∨

---

O esporte deve ser compreendido como um fenômeno sociocultural que encontra na contemporaneidade um momento de valorização, manifestando-se em diversos cenários, envolvendo diferentes personagens, que lhe designam variados significados. (GALATTI et al, 2018).

Apresentamos no capítulo 1 os muitos significados do esporte durante a história da Educação Física. As ênfases e pesos dados ao esporte na busca de um corpo saudável, robusto, produtivo, dócil, ativo, forte, educado, midiático, belo, perfeito, entre outros corpos, envolveram seus praticantes e os professores de Educação Física em objetivos específicos. Essas ênfases são transmitidas para as crianças e adolescentes, que elaboram o significado da prática esportiva de formas diferenciadas, também influenciados pela percepção pessoal direcionada pelas suas vivências bio-psico-social-política. A percepção do significado do esporte é ainda mais complexa considerando a influência da mídia e dos grandes eventos esportivos.

Escrevendo esse texto perguntei à minha filha adolescente, que tem deficiência intelectual, o que é esporte. Primeiro ela disse futebol. Aí perguntei novamente: o que mais é esporte? Ela disse: amarelinha. Conversando mais, ela disse que esporte é o futebol lá da televisão, mas também é a amarelinha que brincamos em casa no dia anterior. Ela mostrou entender as múltiplas dimensões do esporte.

Para Barbanti (2006):

“Esporte é uma atividade competitiva institucionalizada que envolve esforço físico vigoroso ou o uso de habilidades motoras relativamente complexas, por indivíduos, cuja participação é motivada por uma combinação de fatores intrínsecos e extrínsecos” (p.57).

O mesmo autor diferencia esporte de recreação e diz que recreação é, por exemplo, “correr com os amigos sábado de manhã” (p.58). Apesar de uma definição aparentemente dura e precisa, Barbanti (2006, p.58) no último parágrafo, mostra a complexidade dessa definição, dizendo que cabe discordância nessa definição, que o “esporte é um fenômeno cultural e social que influencia e sofre influência da sociedade e muitas vezes seus problemas são os mesmos da própria sociedade”. Cada vez mais o esporte se torna parte do nosso mundo social.

Tubino (1999) também busca o conceito de esporte e diz que já no século XIV o termo esporte ou desporto era utilizado por marinheiros e queria dizer sair do porto para fazer uma atividade de lazer ligadas à habilidades físicas. O autor vai mostrando as diferentes ênfases do esporte nas diferentes sociedades e tempos. Diz que o esporte moderno apresenta uma perspectiva pedagógica, que posteriormente passa a ser relacionado com rendimento, e que passa também por uma tendência política e ideológica, na década de 30, com Hitler. Tubino diz de um novo conceito que aborda o esporte escolar, o esporte do homem comum e como direito de todos, chegando às três dimensões do esporte: esporte-educação, esporte-participação e esporte-rendimento.

## TOME NOTA



O trato com o esporte nos projetos sociais é, de forma recorrente, usado como bandeira de transformação social, com forte apelo político na medida em que esporte e educação são popularmente associados (MACHADO, GALATTI, PAES, 2015, p. 415).

^ p.22

Outras relações do esporte também influenciam em seu conceito, como a relação com a saúde e qualidade de vida. Entendendo a saúde e qualidade de vida de maneira ampliada é possível relações destas com o esporte em suas diferentes dimensões. Silva et al (2011) trazem a relação da qualidade de vida com as atividades recreativas, entendendo-a na relação com as condições de vida, democracia, desenvolvimento e direitos humanos.

Podemos ressaltar como indicador de qualidade de vida, além do lazer, um conceito ampliado de saúde, que procura avançar a estrutura histórica restrita à prevenção primária e caminha para o desenvolvimento do ser humano em sua plenitude – considerando o seu saber popular, o seu bem estar e a sua realização em diferentes aspectos (sociais, educacionais, profissionais, culturais, políticos, etc) (SILVA et al, 2011, p.44).

Silva et al (2011) realizaram uma pesquisa com adolescentes sobre a percepção deles da relação participação esportiva e qualidade de vida, verificaram que os pesquisados relacionam qualidade de vida com vida ativa e assim o esporte seria uma forma de mantê-la. No entanto, a maioria também relaciona o esporte à elementos sociais e existenciais como: ter mais confiança em si mesmo; se divertir; aprender com seus colegas; observar melhor seu colega e compreendê-lo melhor; participar de um grupo e equipe; respeitar mais o seu colega; ficar menos agressivo, violentos; liderar a equipe; cooperar com o outro; fazer lazer; se libertar das tensões do cotidiano; sentir mais vontade de competir contra o outro; ser uma pessoa independente, capaz de defender seus pontos de vista; ser e agir com perseverança; repetir jogadas sempre garantem bons resultados.



A relação do esporte com cidadania é apresentada neste material em diversos momentos.

O desporto, funciona como um pólo que realça os valores da cidadania e do trabalho em equipe, ao mesmo tempo em que combate frontalmente fenômenos destrutivos que caracterizam a nossa sociedade, tais como droga, violência e criminalidade (BENTO, 2004, p.55).

## **MÓDULO 2**

---

### **2.1 Transformação Social no Esporte Escolar**

p.23 ✓

---

O trato com o esporte nos projetos sociais é, de forma recorrente, usado como bandeira de transformação social, com forte apelo político na medida em que esporte e educação são popularmente associados (MACHADO, GALATTI, PAES, 2015, p. 415).

Mas para que o esporte educacional tenha efetividade como produtor de cidadania e realize alguma transformação social precisa utilizar-se do planejamento participativo por meio da participação da comunidade, ter seus objetivos claros, ser sistematicamente e intencionalmente organizado e aplicado com fim de atingir a esses objetivos.

Rezer (2010) relata que há uma densa produção científica na área da Educação Física na contemporaneidade, mas faltam elementos didáticos pedagógicos que contribuam efetivamente para o exercício da docência. Assim, a dificuldade do professor de Educação Física em efetivar o esporte como transformação social se dá pelo formato hegemônico que recebeu sua formação inicial, que resulta em práticas pedagógicas não transformadoras, reprodutivas, submissas, ingênuas, sem espaço para reflexão, decisão e resolução de problemas, com fim em si mesmas.

“O envolvimento dos indivíduos com o esporte pode ter consequências benéficas ou não, determinadas pela forma e atitude desse envolvimento” (GASPARI; SCHWARTZ, 2001, p.108). Da mesma forma que o Esporte Educacional pode trazer benefícios para os participantes, pode ser direcionado para outros caminhos ou não devidamente planejados proporcionar malefícios como violência, desrespeito, preconceitos, entre outros. O importante, então, é a qualidade de vida voltada para a profundidade, para a perfeição do ser, para o atendimento das reais necessidades humanas e, nesse caso, do adolescente enquanto sujeito construtor de sua própria vida. Definir qualidade de vida não é tarefa simples, dada a complexidade da abrangência dessa expressão (GASPARI; SCHWARTZ, 2001, p.108).

Para propor os princípios que buscaremos com o Esporte Educacional, com objetivo de promover transformações sociais positivas, relembremos que a Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2005) traz que o esporte é educativo quando visa os princípios da cidadania, da diversidade, da inclusão social e da democracia.

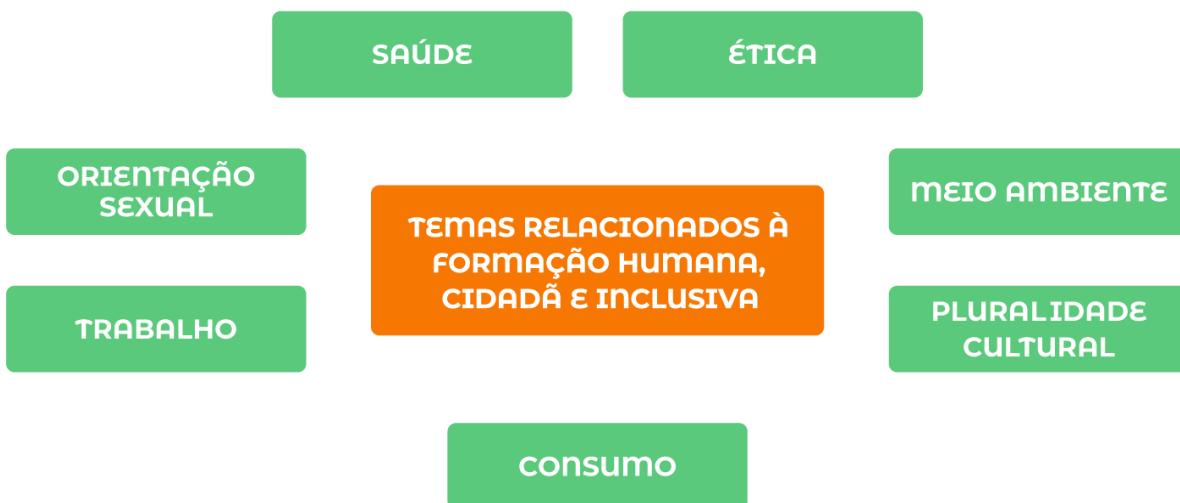
Ainda considerando tal legislação, o esporte educativo configura-se quando este é garantido para todas as pessoas, sem distinção de cor, etnia, gênero, ou condição socioeconômica, em especial para as populações empobrecidas e para os menos hábeis para a prática esportiva, “ao mesmo tempo em que se denunciam e se combatem permanentemente as mazelas da desigualdade” (BRASIL, 2005, p.23).

Assim, para efetivar a transformação social por meio da inclusão, sugerimos os direcionamentos dados a este material formativo por meio da Educação Inclusiva, como o ensino colaborativo, desenho universal da aprendizagem, ênfase para as eficiências, entre outras.

## 2.1.1 Discutir Elementos sobre Transformação Social

Para discutirmos elementos sobre transformação social por meio do Esporte Educacional iremos inicialmente pensar em quais temas objetivar na formação humana, cidadã e inclusiva das crianças e adolescentes.

Para Darido (2012), os temas relacionados à formação humana, cidadã e inclusiva devem ser determinados identificando os interesses e contexto social de cada grupo social. Mas toma como possibilidade os temas transversais citados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997; 1998), que são: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, como também Trabalho e Consumo. São temas que devem ser tratados nas disciplinas, inclusive na Educação Física na escola, mas que podemos levar para o Esporte Educacional em qualquer espaço em que ele se efetive.



Entramos então na reflexão sobre quais práticas corporais trabalhar para atingir aos temas de formação humana, cidadã e inclusiva propostos. Muitas vezes, a prática corporal oferecida nos projetos/programas parte da experiência/excelência do professor que a propõe. No entanto, no Esporte Educacional, quando não buscamos medalhas, e grandes performances, é possível que um professor estudioso e ex-atleta de voleibol ofereça, para além do vôlei proporcionando a vivência da cooperação por meio da convivência em equipe ou outros elementos para formação humana, busque segurança e conhecimento, e ofereça outras práticas corporais que atendam a outros temas transversais. Nesse sentido, o professor pode, por exemplo, buscar na comunidade pessoas que tenham vivência ou conhecimento em alguma prática corporal produzida ou culturalmente ativa nesse espaço, como as danças populares, danças circulares, lutas, entre outras. Esse encaminhamento vai ao encontro do que discutiremos mais a frente com a pedagogia sistêmica.

Sugerimos que a prática corporal seja proposta a partir do tema escolhido, assim o objetivo de formação humana, cidadã e inclusiva vem antes da aprendizagem do esporte. Mas o esporte tem que ser entendido como um eficiente e potente instrumento de transformação social e ser tratado com o mesmo carinho e atenção durante o planejamento que os temas transversais.



Já discutimos no capítulo 1 que no Esporte Educacional ao selecionar as modalidades deve-se considerar “um maior potencial de universalidade e compreensão dos elementos culturais brasileiros” (BRASIL, 2005, p.25), atender às diferentes expectativas e interesses, considerando-se toda diversidade de gênero, idade, deficiência e aptidão, com atividades diversas (MELO; BRETAS; MONTEIRO, 2009), utilizando-se de diferentes unidades das categorias: brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura (BRASIL, 2018).

Nesse sentido Gonzalez, Darido e Oliveira (2014, p.11) relatam que ao selecionar os conteúdos abordam “o esporte na perspectiva educacional” e incluem “outras práticas corporais, como as danças, as ginásticas, as lutas, a capoeira, as práticas corporais de aventura, as atividades circenses, que compõem o universo da cultura corporal”. Dizem ainda:

As Práticas Corporais se apresentam como manifestações culturais que podem possibilitar condições para a ampliação do número de praticantes, por conta de sua condição atrativa, assim como sua riqueza cultural, agregando sentido e significado à construção da formação integral, facilitando o vínculo dos participantes com os processos educativos formais” (GONZALEZ; DARIDO; OLIVEIRA, 2014, p.11).

Ampliar o olhar para as culturas corporais nos Projetos/Programas de Esporte Educacional significa exatamente “ampliar o olhar” e não deixar de trabalhar com alguns conteúdos que o professor já tem prazer em trabalhar. Rodrigues (2009) nos mostra como podemos ressignificar a prática corporal e buscar nela o sentido de ser um “patrimônio a ser transmitido” para aquele grupo de participantes que faz parte de uma comunidade e que tem características próprias, dizendo:

Um dos motivos pelo qual deveríamos nos preocupar em ensinar o basquetebol diz respeito à cultura corporal. Ou seja, compreender o basquetebol como um patrimônio a ser transmitido aos alunos...Para que o aluno tenha uma compreensão do basquetebol como uma manifestação da cultura não basta ensinar o esporte como algo que está pronto e acabado, será imprescindível que os alunos percebam a historicidade de suas transformações, o contexto em que foi modificado e com quais interesses e finalidades são praticados. (RODRIGUES, 2009, p.22)

## EXEMPLO



Nesse sentido, o professor pode, por exemplo, buscar na comunidade pessoas que tenham vivência ou conhecimento em alguma prática corporal produzida ou culturalmente ativa nesse espaço, como as danças populares, danças circulares, lutas, entre outras. Esse encaminhamento vai ao encontro do que discutiremos mais a frente com a pedagogia sistêmica.

### 2.1.2 Princípios da Escola Inclusiva

A inclusão implica a combinação de três elementos: desenvolvimento dos sujeitos, pluralidade cognitiva e convivência com a diversidade cultural, numa escola/universidade com todos e para todos (PRETSCH, 2020, p.67).

Muitas vezes, quando falamos de Escola Inclusiva, Esporte Inclusivo ou Inclusão, as pessoas logo acham que vamos falar apenas dos grupos considerados como “os que mais precisam de adaptações para serem incluídos”. Assim, é necessário discutir esses preconceitos. Quando falamos de inclusão falamos de inclusão de todos, olhando cada participante no Esporte Educacional como diferente, que todos têm eficiências e deficiências que em alguns espaços/situações são ampliadas ou reduzidas. Quando elencamos um grupo como “grupo de inclusão” reduzimos nosso olhar e não vemos a eficiência dos indivíduos que fazem parte desse grupo, e também não enxergamos as necessidades dos demais.

Nossa experiência na Educação Inclusiva nos mostra que grupos de pessoas com deficiência ainda enfrentam muitas dificuldades de serem incluídos. Mas isso não acontece na maioria das vezes pelas suas deficiências e sim pelos espaços que são excludentes. Dessa forma, o olhar para essas pessoas, para suas lutas e direitos nos dá um olhar mais ampliado da necessidade da mudança dos espaços (escola, esportivos e sociedade) que agem como se fossemos todos iguais.

## TOME NOTA



A inclusão implica a combinação de três elementos: desenvolvimento dos sujeitos, pluralidade cognitiva e convivência com a diversidade cultural, numa escola/universidade com todos e para todos (PRETSCH, 2020, p.67).

Uma reflexão interessante que podemos fazer para inclusão de todos a partir da luta pela inclusão das pessoas com deficiência pode ser iniciada pelo conceito de pessoa com deficiência que foi gerado pela Convenção Internacional da Pessoa com deficiência e que está na Lei Brasileira de Inclusão ou Lei 13.146 que diz que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.01).

Anteriormente era considerada pessoa com deficiência aquela que tinha impedimento e ponto. O olhar todo era direcionado, já na conceituação, para a deficiência. O que realmente obstrui a “participação plena e efetiva na sociedade” (na sociedade, na escola, no esporte, ...) são as barreiras que essas pessoas encontram e não a deficiência em si. Se uma pessoa com deficiência física vai para uma quadra onde o ginásio todo tem acessibilidade arquitetônica e uma prática com acessibilidade pedagógica, ele pode ser tão eficiente no basquetebol quanto os demais participantes. Essa acessibilidade arquitetônica vai favorecer a todos (obesos, menos habéis, familiares, ...).



Da mesma forma posso pensar para todos os meus alunos. O aluno tímido muitas vezes deixa de ir na minha aula porque minha prática pedagógica ultrapassa seu limite de possibilidade de exposição. Assim, muitas ações direcionadas para pessoas com transtorno do espectro autista, por exemplo pode beneficiar a muitos outros participantes do Esporte Educacional, como as pessoas tímidas ou as pessoas que têm dificuldades comunicacionais, que podem vir de muitos motivos sociais, políticos, históricos, físicos, entre muitos outros motivos que calam as pessoas na nossa sociedade.

Pensando assim, pressupostos da Educação Especial, como desenho universal da aprendizagem, ensino colaborativo e acessibilidade, podem favorecer que o projeto/programa de Esporte Educacional se torne mais inclusivo para todos os participantes. Assim, ao analisarmos informações que são direcionadas para inclusão das pessoas com deficiência podemos verificar que é o ideal de tratamento para todos. Veja, por exemplo, como as orientações gerais para a inclusão de alunos com deficiências sugeridas por Marques, Cidade e Lopes (2009) nas atividades esportivas no Esporte Educacional podem proporcionar uma ação pedagógica mais inclusiva para todos:

a) Agir naturalmente. Receba todos com o mesmo nível de atenção e consideração. Perguntas vão surgir. Responda naturalmente. b) Atenção e prestígio é muito bom. TODOS gostam! Não superproteja, nem dê excesso de atenção para alguns, pois estes talvez não irão gostar e os demais irão reclamar c) Garantir a participação de todos (individualmente ou em grupo), desafiando cada um a realizar o melhor considerando as suas potencialidades. d) Realizar adaptações compartilhando opiniões. Regras sempre podem ser combinadas e recombinadas, inventadas e reinventadas. Jogos cooperativos são uma excelente opção. e) Promover e adequar desafios, incentivando e ajudando a superar dificuldades. f) Não subestimar. Aceitar formas diferentes de execução de movimentos. g) Promover sucesso para desenvolver a autoestima. Oferecer a oportunidade de pensar, decidir, agir por seus próprios meios. Garantir autonomia. h) Avaliar a aptidão física relacionada à saúde e ao desempenho motor. i) Estimular a prática esportiva competitiva, sem preconceitos ou medos.(MARQUES; CIDADE; LOPES, 2009, p. 152/154)

## MÓDULO 2

### 2.2 Esporte Recreativo

p.27 ∨

Segundo a Política Nacional de Esporte o Esporte Recreativo ou de Lazer, é apresentado na legislação atual como “Esporte de Participação” e:

expressa, na adjetivação do conceito de Esporte, a compreensão de que em sua realização deve prevalecer o sentido lúdico, caracterizado pela livre escolha, busca da satisfação e construção, pelos próprios sujeitos envolvidos, dos valores ético-políticos a serem materializados. Ele se realiza em limites temporais e espaciais do lazer como expressão de festa e alegria. Por meio dele o ser humano só vivencia situações esportivas lúdicas e prazerosas, seja em pequenos grupos ou em multidão (BRASIL, 2005, P.25).

A rotina de vida das pessoas, principalmente as de menor renda, não permite que estas participem de atividades de lazer e recreativas. São horas em transporte público e trabalho. Quando estão em casa, a correria nas atividades de cuidado da casa e família permite no máximo algumas horas na televisão. Na maioria das vezes, as atividades de lazer são em pequenos grupos, principalmente familiares, movidos muitas vezes por falta de condições financeiras para outros programas. Assim, espaços de convivência comunitários são cada vez mais raros.



#### 2.2.1 Liderança e Comunicação



A liderança e comunicação são habilidades importantes de serem desenvolvidas no espaço comunitário. Liderar é motivar, influenciar e comandar, e para isso a comunicação é fundamental. A comunicação eficiente no campo social é a troca de conhecimento com escuta sensível e atenta às necessidades da comunidade.

O espaço comunitário, da cidade, do bairro deve ser compreendido, dentro das políticas públicas, como espaços geográficos vivos e multifacetados. Portanto, há nestes lugares sentidos e significados diversos atribuídos pelos moradores/usuários, diferentes maneiras de uso e de pertencimento aos espaços públicos, equipamentos de esporte e lazer, às ações e serviços prestados por instituições públicas, privadas, religiosas, comunitárias e outras. Neste sentido, é importante compreender a dinâmica e as relações envolvidas no território, conversar com as lideranças comunitárias, identificar os serviços prestados à população, especialmente àqueles de caráter público e comunitário, e conhecer a percepção que a população daquela localidade tem sobre suas necessidades e anseios no que refere à política de esporte, saúde e a qualidade de vida.



Um elemento fundamental para que ações no âmbito do esporte na comunidade ocorram é fortalecer os espaços de decisão e organização coletiva. Os conselhos locais de esporte, de saúde e as organizações comunitárias são espaços importantes para que a população se envolva nas decisões, avaliações e debates em torno das necessidades sociais do bairro ou da comunidade. Neste sentido, é importante contribuir na organização destes espaços, nos seus encontros, identificando lideranças na comunidade para debater coletivamente as demandas e interesses locais. Estes dispositivos ampliam a participação dos moradores nas decisões que envolvem recursos públicos e contribuem para uma avaliação mais efetiva dos projetos e programas.

## DICA



Os conselhos locais de esporte, de saúde e as organizações comunitárias são espaços importantes para que a população se envolva nas decisões, avaliações e debates em torno das necessidades sociais do bairro ou da comunidade.

## 2.2.2 Escuta Sensível

As ações que envolvem o esporte na comunidade também devem se basear em uma escuta sensível, no acolhimento e nas necessidades da população. Isso quer dizer que é necessário ouvir às demandas dos moradores, acolher suas dificuldades, estar atento as suas necessidades e desejos, no sentido criar estratégias para elaborar projetos e programas que respeitem a cultura local.



A escuta sensível e o acolhimento do sofrimento e necessidades sociais dos sujeitos e sua família, sem pré-julgamentos e expectativas, são importantes para criar laços de confiança. O acolhimento auxilia na superação de ações que se estabelecem de forma normativa e impositiva, a partir de pré-conceitos estabelecidos sobre participação, desejo, corpo, esporte, performance, saúde etc. A elaboração de projetos sociais com estas características contribuem para que os moradores possam conquistar autonomia reelaborando suas dificuldades e potencialidades com apoio profissional e familiar. Além disso, podem fortalecer a relação dos sujeitos com o território onde vivem e ampliar suas maneiras de pertencimento quando envolvidos em projetos participativos, inclusivos, acolhedores e elaborados a partir da gestão democrática, como já trabalhado neste material.

## 2.2.3 Higiene e Saúde Pública

O termo *higiene* foi utilizado em um contexto histórico e político de ações do Estado brasileiro, especialmente no século XVIII e XIX, conhecidas por seu caráter autoritário e compulsório no controle social dos trabalhadores e escravos, de epidemias cíclicas e recorrentes, nas melhorias das condições de saneamento e higiene das cidades, em particular das habitações coletivas, das classes pobres consideradas “perigosas” não somente para a organização do trabalho e ordem pública, mas também no perigo de contágio (CHALHOUB, 2017).



O discurso higienista e eugênico, como já mencionado neste material, tem forte caráter moral, individualizante, normatizador e “têm a pretensão de realizar uma assepsia nesse meio físico – fonte de todas as misérias – na mesma medida em que pretendem impor-se à família, ditando-lhe uma educação física, moral, intelectual e sexual” (SOARES, 2012, p.20).

Atualmente, as políticas de saúde pública desenvolvidas no país orientam-se pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS foi criado em 1988, assegurado pela Constituição Federal na qual reconheceu pela primeira vez a saúde como um direito social, estabelecendo em seu artigo 196:

saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas econômicas e sociais que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, n. p.)

De forma geral, os princípios de universalidade, igualdade e integralidade balizam o direito à saúde no país. Isto quer dizer que o direito à saúde é garantido a todos os brasileiros, sem qualquer discriminação ou preconceito; com acesso em todos os níveis de assistência, ou seja, na oferta de serviços de *promoção, proteção e recuperação*, garantindo uma atenção integral à saúde. Segundo a Constituição de 1988, os serviços públicos de saúde constituem um sistema único a partir de uma rede regionalizada e hierarquizada e das seguintes diretrizes organizacionais: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade (BRASIL, 1988).

Nos últimos anos alguns programas e projetos públicos foram desenvolvidos por diferentes setores como esporte, saúde e educação, com interfaces com a mobilidade urbana no fortalecimento do transporte público e apoio ao ciclista, saúde e qualidade de vida. Áreas nas quais a Organização Mundial de Saúde vem reconhecendo como fundamentais no âmbito das

políticas públicas. A recente inserção de profissionais de Educação Física no SUS coloca para o campo profissional o desafio de articular políticas públicas intersetoriais que ofereçam ações e projetos no âmbito do esporte, lazer, saúde e educação como o Programa saúde na escola, Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Academia da Saúde. O reconhecimento destes programas e serviços no território é de suma importância para o profissional de Educação Física que trabalha com o esporte educacional e inclusivo, pois contribui para fortalecer as iniciativas em andamento; não sobrepor ações e projetos já existentes; articular propostas ampliando ações em diferentes temáticas, grupos sociais, faixas etárias e períodos do dia/noite; e avaliar de forma participativa as demandas e necessidades da população a partir dos princípios da gestão democrática já trabalhados anteriormente neste material.



Clique na imagem para assistir o vídeo

Os princípios e pressupostos que alicerçam o trabalho do profissional de Educação Física nos programas e serviços citados anteriormente pautam-se, de maneira geral, na Política Nacional de Promoção da Saúde (2006) e nas Diretrizes do NASF (2009). “A promoção da saúde consiste em um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, visando atender as necessidades sociais de saúde e a melhoria da qualidade de vida” (MALTA *et al.*, 2018). São materiais importantes de serem conhecidos e estudados porque expressam certo avanço do campo da Educação Física na direção de uma perspectiva de saúde ampliada, como direito social e vinculada à produção da vida em sociedade. Essa aproximação vem ganhando força na área a partir dos estudos da Saúde Coletiva e é muito importante que esse debate seja incorporado ao campo do esporte e do lazer, o que ocorre de forma tímida.

Para finalizar essa pequena introdução dos debates mais recentes do campo da Saúde Pública, gostaríamos de chamar atenção para o vínculo histórico que esporte e saúde carregam, especialmente, no imaginário social, mas também nas concepções de muitos profissionais de Educação Física e políticas de esporte e lazer no Brasil. É corriqueiro em jornais, internet e debates políticos relacionar o esporte como uma ferramenta para “livrar” ou “resgatar”, especialmente, as crianças e adolescentes do consumo de drogas. Esta construção faz parte de uma compreensão de que a ociosidade, em especial das classes pobres, está relacionada a criminalidade e a drogadição. Esta forma de controle social tem herança nas políticas higienistas e eugênicas já citadas e precisa ser reelaborada a partir das perspectivas mais avançadas de saúde, esporte e lazer que resultem em uma ação mais humanizadora, inclusiva, integral e emancipatória.

## TOME NOTA



Contribuições destes programas e serviços para o profissional de Educação Física que trabalha com o esporte educacional e inclusivo:

- fortalecer as iniciativas em andamento;
- não sobrepor ações e projetos já existentes;
- articular propostas ampliando ações em diferentes temáticas, grupos sociais, faixas etárias e períodos do dia/noite;
- avaliar de forma participativa as demandas e necessidades da população a partir dos princípios da gestão democrática.

## **MÓDULO 2**

---

### **2.3 Excelência e Qualidade no Esporte Educacional**

p.30 ✓

---

Excelência e qualidade são termos muitas vezes relacionados apenas ao alto rendimento, mas devem ser objetivos também no esporte participação e educacional. No Esporte Educacional prefiro discutir qualidade como propriedade, como algo que determina a essência ou a natureza de um ser ou coisa. Quando tratamos de educação, o fator qualitativo deve ser mais considerado do que o fator quantitativo.

Segundo Tani e Manoel (2004, p.121): “um ensino de qualidade poderia aproveitar-se das diversas experiências que as modalidades esportivas propiciam para promover não só o conhecimento e a habilidade da criança e do jovem, mas também trabalhar o seu autoconhecimento e auto-estima”.

Para ampliar a qualidade do projeto/programa é preciso que o professor conheça a realidade e características da comunidade na qual o mesmo está inserido.

#### **2.3.1 Diagnóstico das Necessidades Sociais**

Os projetos de Esporte Educacional por sua natureza e objetivos são criados a partir do desejo ou necessidade de modificar uma realidade ou de proporcionar benefícios para uma comunidade. No entanto, para a compreensão verdadeira dessa realidade, ou de quais benefícios essa comunidade necessita, para assim determinar metas e objetivos, faz-se necessário que se realize um diagnóstico que espelhe com a maior clareza possível esses fatores, sem perder de vista o objetivo educacional.

Oliveira et al (2004) indicam duas ações para se realizar o diagnóstico para projeto/programa de Esporte Educacional, um buscando entender a realidade da localidade onde as ações serão realizadas e outro com os diferentes atores da comunidade. As informações sobre a localidade podem ser obtidas em diferentes fontes como levantamentos realizados na localidade pela organização de bairro, prefeitura, órgãos estaduais ou nacionais e pelos líderes da comunidade (político, religioso, educacional etc.).

O segundo passo é a pesquisa que deve ser realizada com os diferentes envolvidos no trabalho como as próprias crianças e adolescentes, e os familiares ou responsáveis. Encontrar a melhor metodologia para realizar esse diagnóstico é fundamental. Uma roda de conversa pode trazer dados mais detalhados e dá abertura para que temas anteriormente não pensados para serem pesquisados surjam com as discussões. Mas algumas pessoas podem ter dificuldade de expor sua realidade. Assim,

uma entrevista também pode trazer dados importantes possibilitando conhecer as subjetividades. Mas, algumas vezes, quando os participantes não têm tempo para atender ao pesquisador, um questionário escrito pode ser outro caminho. Realizar a pesquisa em uma pequena amostra, como um teste piloto, pode aumentar a possibilidade de acerto quando a pesquisa diagnóstica for realizada com a totalidade.

Como dissemos, o projeto/programa de Esporte Educacional surge a partir de uma demanda ou desejo, assim, a avaliação da realidade não deve ser utilizada apenas como diagnóstico inicial, e pode ser utilizada como acompanhamento para se verificar se a situação inicial se modifica, estaciona ou regride.

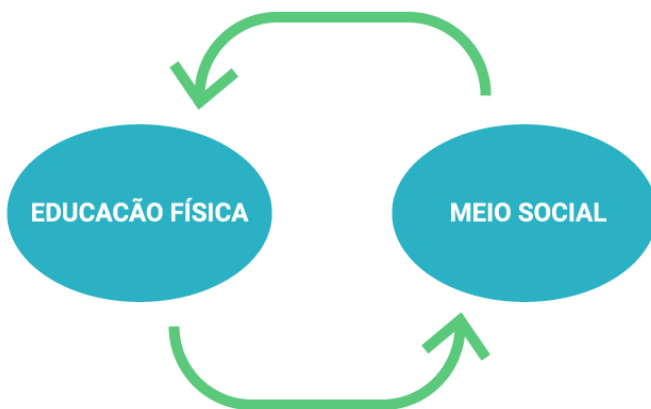
### 2.3.2 Educação Sistêmica: Pedagogia Sistêmica

“nenhum paradigma ou metodologia é capaz de desvendar todos os mistérios da organização social humana, mas cada um fornece uma contribuição particular” (BETTI, 1991, p.13)

Como já dissemos anteriormente, a Educação Física passou por diversos direcionamentos teóricos e pedagógicos direcionados por momentos históricos. Após um momento de total esportivização, resultante de um regime militar, a Educação Física reage com um movimento crítico que busca a transformação social, a criatividade e a conscientização.

^ p.31 v

Assim, na década de 80 surgem várias vertentes críticas na Educação Física, entre elas, a teoria de sistemas (BETTI, 1991), que entende que um conjunto de elementos interage. Essa abordagem discute e entende a Educação Física sobre influência de outros sistemas como o macrossocial, o sistema educacional e o sistema escolar. Discute que o meio social influencia a Educação Física em seus diferentes níveis e a Educação Física também influencia o meio social.

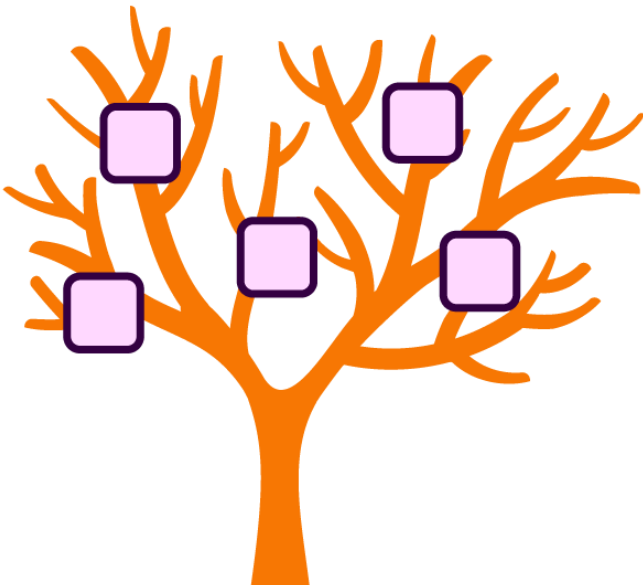


A compreensão sistêmica da prática pedagógica em Educação Física proposta por Betti (1991) a entende como capaz de realizar mudanças na dinâmica social interna, que possibilita colaborar para a formação de um indivíduo cidadão, crítico e

consciente. Sobre a visão sistêmica/crítica na Educação Física de Betti:

Logo, é sob esta perspectiva que Betti vislumbra alternativas de alteração na dinâmica social interna da prática pedagógica em EF, capaz de viabilizar a formação de um modelo de cidadão crítico, criativo e consciente. Betti observou que a formalidade dos conteúdos, o ensino por comando, a atividade física identificada com finalidades de trabalho, a rigidez das regras e o controle externo na mediação de conflitos têm prevalecido ao longo da história da EF no país. Assim, para os discursos críticos, uma metodologia do ensino deve pautar-se não apenas no exame destas variáveis, mas também na compreensão sistêmica da prática pedagógica em EF (FERREIRA, 2000).

Na Educação a pedagogia sistêmica é originada pelos estudos de Bert Hellinger, filósofo e professor de procedência alemã (1925-2019), que atuou como psicoterapeuta, descobridor das Constelações Familiares. A teoria sistêmica valoriza a relação entre escola e família na formação do indivíduo, considerando ambas como instituições sociais e educativas e que juntas podem favorecer mais intensamente na formação de indivíduos mais equilibrados, criativos, respeitosos, inclusivos e humanos (FIRACE, 2013).



Na pedagogia sistêmica, o aluno é entendido como um ser atuante no sistema educativo, sistema familiar e sistema social, assim é valorizado e a educação toma um caminho respeitoso, colaborativo, horizontal, social, dialógico e ressonante. No Esporte Educacional, a educação/pedagogia sistêmica torna o processo mais educativo, proporcionando a possibilidade de entender os alunos com suas histórias de vida, ensinamentos anteriores, diversidades de expectativas, limitações, eficiências e possibilidades. É possível ressignificar o papel de educador e de pessoa, dando sentido e valor à atuação, entender a importância de cada indivíduo no mundo e no Esporte Educacional, permitir o crescimento do aluno, ou seja, ajudar e deixar a adulecer (FIRACE, 2013).

Difícil falar de uma pedagogia tão rica e intensa em poucas palavras. São muitas as intervenções que podem ser pensadas dentro dos projetos/programas de Esporte Educacional utilizando-se da pedagogia sistêmica, que tem tudo a ver com a perspectiva da Educação Inclusiva da qual vimos discutindo neste material.



São momentos importantes de acolhimento, pertencimento e reflexão; valorizar e buscar as eficiências dando voz para os alunos e despertar autonomia, autoconfiança e liderança; conhecer a história dos alunos e permitir que eles conheçam a história dos colegas, incentivando a valorização das histórias; conhecer as famílias dos alunos e construir parceria; estimular o diálogo e respeito entre alunos e famílias; fortalecer laços de carinho, respeito, solidariedade e amizade.

## PARA PENSAR



E você já pensou em como pode aplicar essa abordagem no seu contexto de esporte educacional? Que tal pensar nisso a partir de agora?

## **MÓDULO 2**

---

### **Referencial Teórico**

p.33

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em:  
<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte. Brasília. 2005. Disponível em:  
<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/contato/83-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/sala-de-imprensa2/21849-politica-nacional-do-esporte>. Acesso em 13 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm); acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em:  
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 10 fev. 2021.

BARBANTI, V. **O que é esporte?** *Rev Bras Ativ Fís Saúde*2006;11(1):54-58

BENTO, J.O. Desporto para crianças e jovens: das causas e dos fins. In: GAYA, A.; MARQUES, A.;TANI, G (orgs.) **Desporto para Crianças e Jovens: Razões e Finalidades**, 2004.

BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DARIDO, Suraya Cristina (org.). **Educação física e temas transversais na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

FERREIRA, M. G. **A teoria/concepção sistêmica: uma perspectiva crítica na pedagogia de educação física? Pensar a Prática**, 3: p. 36-52, jul./jun. 1999-2000.

FIRACE, Tarso. **Pedagogia sistêmica: depois da última curva do rio, adultecer**. 1ª. ed. Editora Abrindo as Velas, 2013.

GALATTI, L.R.; PAES, R.R.; COLLET, C.; SEOANE, A.M. **Esporte contemporâneo: perspectivas para a compreensão do fenômeno. Corpoconsciência**, Cuiabá-MT, vol. 22, n. 03, p. 115-127, set./dez., 2018

GASPARI, J. C. D.; SCHWARTZ. **Adolescência, Esporte e Qualidade de Vida**. Motriz jul-dez 2001, V. 7, n. 2, p. 107-113 Disponível em: <https://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/07n2/gaspari.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2021.

GONZÁLEZ, F. J.; DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. **Esportes de invasão Basquetebol – Futebol – Futsal – Handebol – Ultimate Frisbee**. Maringá: Eduem, 2014.

MACHADO, G. V.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. **Pedagogia do esporte e projetos sociais: interlocuções sobre a prática pedagógica. Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, p. 405-418, fev. 2015. ISSN 1982-8918. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/48275>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MALTA, D.C.; JAIME, A.A.C.; MORAIS NETO, O.L.; SILVA, M.M.A.; AKERMAN, M. **O SUS e a Política Nacional de Promoção de Saúde: perspectiva, resultados, avanços e desafios em tempos de crise. Ciência e Saúde Coletiva**, v.23, n. 6, p. 1799-1809, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1799.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MARQUES, A.C.; CIDADE, R.E.; LOPES, K.A.T. Questões da Deficiência E as Ações no Programa Segundo Tempo. OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (org) **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**, Maringá: Eduem, 2009.

MELO. A.M.; BRETAS, A.; MONTEIRO, M.B. Fundamentos do lazer e da animação cultural. OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**, Maringá: Eduem, 2009.

OLIVEIRA, A.A.B.; MOREIRA; E.C; JUNIOR, H.A.; NUNES, M.P. **Planejamento do Programa Segundo Tempo: a intenção é compartilhar conhecimentos, saberes e mudar o jogo**. In OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática**, Maringá: Eduem, 2009.

PRETSCH, M.D. **O custo da oportunidade de acesso e permanência ao ensino superior quando se tem uma deficiência:** o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *In:* SA, A.C.M.; DALLA DÉA, V.H.S. **Acessibilidade e Inclusão no ensino superior:** reflexões e ações em universidades brasileiras [Ebook]. Goiânia: Cegraf UFG, 2020.

^ p.34

QUINTILIO, N. K. **Das vivências às experiências significativas:** os valores olímpicos como mobilizadores das habilidades socioemocionais por meio do esporte educacional. 2019. 173 f. Tese (Doutorado) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

REZER, R. Reflexões didático-pedagógicas acerca do ensino do esporte no processo de formação de professores de Educação Física. **Revista Movimento.** v. 16, n. 01, 2010.

RODRIGUES, Heitor de Andrade. **Basquetebol na escola:** construção, avaliação e aplicabilidade em um livro didático. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/96030>.

SILVA, D.A.M.; STOPPA, E.A.; ISAYAMA, H.F.; MARCELLINO, N.C. **Importância da recreação e do lazer.** Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação física:** raízes européias e Brasil. 5ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

TANI, G.; MANOEL, E J. **Esporte, educação física e educação física escolar.** *In:* GAYA, A; MARQUES, A.; TANI G (orgs.). **Desporto para Crianças e Jovens:** razões e finalidades, 2004.

TUBINO, M. **O que é esporte.** (Coleção Primeiros Passos.) São Paulo: Brasiliense, 1999.

## MÓDULO 3

---

### Introdução

p.35

Para introduzir os temas que estruturam este capítulo, é relevante pontuar que gênero, inclusão e diversidade, são debates alicerçados em diferentes formas de ser e pensar, fruto de processos históricos, sociais e culturais imbricados de maneira complexa e dinâmica em diversas áreas sociais, e neste sentido requerem perspectivas transdisciplinares, éticas e comprometidas com os direitos humanos. Sacramento (2015, p. 45), diz que “A diversidade é típica e essencial para a existência humana, pois é no encontro com o outro que eu me diferencio e me identifico. A construção do eu passa inexoravelmente pela existência e necessidade do outro, se o outro não existir o eu perco o sentido”.

Diante deste ponto de vista é urgente pensarmos que o caminho da inclusão, do respeito à diversidade, ainda está sendo construído com passos individuais e coletivos. Caminho que devemos trilhar juntos. Enfrentando juntos a discriminação, preconceito, racismo, sexismo, homofobia, transfobia, capacitismo, entre outras diversas formas de violência.

Para darmos início à apresentação do tema e discussão sobre o respeito à diversidade humana e inclusão no esporte educacional, vale destacar a importância de compreendermos o papel da educação, uma educação como direito humano, social, universal e o papel da escola, do esporte e da prática pedagógica de um coletivo de docentes de Educação Física na promoção da equidade, da igualdade e valorização de expressões da diversidade no cenário escolar, bem como a produção e circulação de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados que promovam processos de diálogos e transformação social.

Assim, o texto introduz a necessidade de pensar em processos formativos como este, que proporcionem discussões sobre as identidades de gênero e a diversidade de orientações sexuais articulando com as possibilidades de pensar o esporte nos espaços formativos e de práticas esportivas, sejam elas, na escola ou projetos socioeducativos. Para González, Darido e Oliveira:

Esporte da Escola, em sintonia com as políticas educacionais gerais, visa o acesso e aprendizagem das mais diferentes práticas corporais como um direito de todos. O desenvolvimento destas manifestações culturais deve centrar-se nas orientações da formação integral e emancipadora de modo que todos possam participar das atividades organizadas, aprender com a experiência e se sentirem aptos a uma prática autônoma (2014, p.10).

Diante desta postura que garanta que todos possam experienciar as práticas corporais, como a prática esportiva, o corpo docente é desafiado a lidar com as diferenças e os preconceitos todos os dias em sua prática pedagógica, podemos identificar em nosso ambiente escolar uma relevante diversidade sexual, de gênero, cor, raça, etnia, classe, entre outras

diversidades. Cabe ainda citar que de acordo com González, Darido e Oliveira (2014), o ensino das práticas corporais da escola se justifica quando oportuniza aos estudantes o acesso a saberes, conhecimentos, vivências, experiências e atitudes que objetivam:

Evitar todo e qualquer tipo de discriminação quanto à condição socioeconômica, deficiência, gênero, idade, nacionalidade/regionalidade, raça/cor/ etnia, ao tipo de corpo, preferência clubística, etc.; h) Repudiar a violência sob todas as formas, adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade nas práticas corporais (p.15).

## **MÓDULO 3**

---

### **3.1 Orientações sobre Saúde Mental e o Combate ao Uso de Drogas**

p.36 ✓

Este tópico irá abordar brevemente o tema da saúde mental e do combate ao uso de drogas, partimos da compreensão que são dois temas complexos e multidimensionais e que pressupõem, portanto, um olhar multiprofissional e interdisciplinar, e neste sentido torna-se fundamental serem abordados no campo da saúde em diálogo com a educação.



Enquanto abordagem introdutória deste tema da saúde mental, vale apresentar alguns dados e assim problematizar elementos presentes atualmente em nossa sociedade a respeito deste tema, como:

A saúde mental é uma das áreas mais negligenciadas da saúde pública. Quase 1 bilhão de pessoas vivem com transtorno mental, 3 milhões de pessoas morrem todos os anos devido ao uso nocivo do álcool e uma pessoa morre a cada 40 segundos por suicídio. No entanto, relativamente poucas pessoas em todo o mundo têm acesso a serviços de saúde mental de qualidade. Em países de baixa e média renda, mais de 75% das pessoas com transtornos mentais, neurológicos e por uso de substâncias não recebem nenhum tratamento para sua condição. Além disso, o estigma, a discriminação, a legislação punitiva e as violações dos direitos humanos ainda são comuns (OPAS/OMS, 2020, p.01).

Assim, é fundamental que os projetos/programas de Esporte Educacional se atentem para questões que podem melhorar a condição de saúde mental dos participantes e da comunidade.

### 3.1.1 Conceitos de Saúde Mental

Para discutir os conceitos de saúde mental com profundidade precisaríamos de espaço específico e especializado. Não é o objetivo desse material, mas não podemos deixar de discutir um fator tão relevante com dados tão gritantes e emergentes (OPAS/OMS, 2020). Utilizaremos o entendimento de saúde mental como ampliação do olhar sobre o sofrimento e a doença psíquica, apostando em ações humanizadas evitando o estigma e o preconceito, pautada em um novo modelo de assistência à saúde mental, de forma aberta e de base comunitária.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é conceituada como “um estado de bem-estar em que o indivíduo é capaz de perceber suas habilidades, sendo também capaz de lidar com o estresse normal da vida, além de conseguir trabalhar produtivamente e contribuir com sua comunidade” (OMS, 1946, p.01) Considerando a complexidade de fatores que podem ter influência neste estado de bem-estar, para debater propostas de ação e práticas de prevenção precisa-se ter como base comunitária, multiprofissional e interdisciplinar, e o Esporte Educacional pode estar incluído.

#### IMPORTANTE



“Saúde mental é um estado de bem-estar em que o indivíduo é capaz de perceber suas habilidades, sendo também capaz de lidar com o estresse normal da vida, além de conseguir trabalhar produtivamente e contribuir com sua comunidade”.

No entanto, por meio dos estudos realizados até o momento, não podemos realizar uma afirmação da relação direta entre esporte e saúde mental. Pensar na prescrição da atividade física como remédio para saúde mental é muito complicado.

É fato que o esporte pode melhorar aspectos da saúde mental de algumas pessoas, vemos isso nas pesquisas e nas nossas vivências. Existem inúmeros estudos que demonstram que a atividade física pode trazer melhora da autoestima, do autoconceito, da imagem corporal, das funções cognitivas e de socialização, na diminuição do estresse e da ansiedade. Um exemplo foi o estudo de doutorado de Dalla Déa (2009) que verificou melhora do autoconceito e nível de depressão dos indivíduos que realizaram atividade física, mas os dados não permitem a generalização dos resultados.

Mas também vivenciamos intervenções esportivas que não trazem modificações nesse estado ou que ainda pioram essas questões de saúde mental. Precisa-se considerar a multifatorialidade da saúde mental e certamente um trabalho



interdisciplinar terá mais possibilidades de agir positivamente na saúde mental dos participantes. Considerando todos esses fatores, o Esporte Educacional pode ser mais um agente atuante na detecção precoce e prevenção de casos de suicídio, depressão, ansiedade e outros transtornos.



Foto de Andrea Piacquadio no Pexels

Buscando atingir os objetivos do Esporte Educacional que inclui o bem-estar mental, além de aptidão física, interação, inclusão social e exercício da cidadania (FERREIRA et al, 2009), é fundamental que a gestão participativa seja considerada. Um exemplo de evento esportivo, artístico e cultural com participação efetiva de usuários de serviços de saúde mental e profissionais da saúde mental, é apresentado por Pasquim et al (2020) . Os autores concluem que “é possível afirmar que a opção em fazer um planejamento participativo envolveu os sujeitos da saúde mental (usuários, familiares e trabalhadores) na identificação das suas necessidades, processo educativo e emancipador” (p.08).

Considerando o tema da saúde mental e a ênfase dada neste material no respeito à diversidade, gostaríamos de lembrar de um problema constantemente vivido pelas crianças e adolescentes em idade escolar que é o bullying. Assim:

Também é fundamental ressaltar que não devemos permitir qualquer manifestação de preconceito e discriminação em nossas programações, sejam eles de que natureza for. Todos devem ser contemplados, respeitados e devem ter o direito de participar ativamente em todas as fases dos projetos (preparação, execução, avaliação).(MELO; BRETAS; MONTEIRO, 2009, p. 59)



Foto de Linus Pettersson no Pexels

### **3.2.2 Ações de Redução da Demanda de Drogas**

Não é porque uma pessoa nasce num contexto de desordem social, expresso na marginalidade e no tráfico de drogas, por exemplo, que ela será traficante e/ou usuária de entorpecentes (MELO; DIAS, 2009, p.39).

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas (UNODC, 2020), o uso de drogas tem aumentado significativamente no mundo, e em maior intensidade em países em desenvolvimento onde o número de jovens é maior. Estima-se que em 2009 4,8% da população mundial de 15 a 64 anos usava drogas. Em 2018 essa porcentagem passou para 5,3%, o que representa 269 milhões de pessoas.

Ao se planejar e avaliar projetos/programas de Esporte Educacional, durante a elaboração do diagnóstico inicial e contínuo, segundo Oliveira et al (2009, p.246) algumas questões devem ser respondidas, entre elas conhecer a presença de problemas sociais como “falta de segurança, criminalidade, drogas, trabalho infantil, violência doméstica, gravidez na adolescência, dentre outros”. No entanto, é preciso uma análise cautelosa destes dados entendendo-os como fatores de risco e não em “determinismo”, é importante considerar que “os projetos sociais surgem como potencializadores para reconfigurar as realidades extremas, principalmente investindo na educação das pessoas na perspectiva de ampliação das consciências para os problemas que afligem a coletividade” (MELO; DIAS, 2009, p.39).



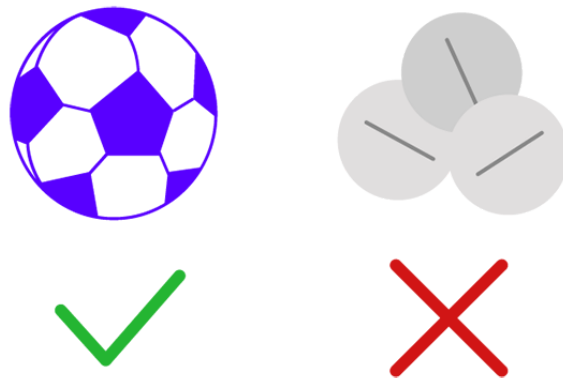
O entendimento do Esporte Educacional como potencial transformador social “podendo” reduzir a exposição das crianças e adolescentes ao uso de drogas é discutido na literatura.

Programas como o Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, Esporte e Lazer na Cidade e, principalmente, o Segundo Tempo, mostram as iniciativas governamentais que priorizam o fenômeno esportivo como potencializador de elementos educativos que podem favorecer uma reflexão crítica sobre os diferentes contextos de riscos sociais, bem como minimizar o tempo de exposição de crianças e jovens aos efeitos nocivos da violência, dos desajustes familiares, do tráfico de drogas, das carências alimentares, da falta de afeto, entre outros tantos elementos que convergem para deteriorar a dignidade humana. (MELO; DIAS, 2009, p.21).



Como na discussão de saúde mental, a relação entre atividade física e diminuição do uso de drogas não pode ser considerada como uma relação direta. O esporte pode, como descrito na citação anterior, diminuir a exposição ao risco de drogas e outros riscos sociais, mas a possibilidade do esporte ou do ambiente ou espaço esportivo favorecer o uso de drogas também é real. Assim, quando se trata de crianças e adolescentes o fator educativo consciente e bem direcionado é fundamental.

Para além das drogas ilícitas como a cocaína, a maconha, o crack e a heroína, é fundamental que os educadores se atentem às drogas lícitas e muito utilizadas e valorizadas em alguns grupos sociais como o cigarro e o álcool. Outros tipos de drogas que merecem nossa atenção são os “remédios” usados de forma exacerbada, como os moderadores de apetite, remédios utilizados para reduzir a ansiedade e depressão, e os anabolizantes.



Darido e Oliveira (2009, p.209) relatam que o Esporte Educacional pode trazer elementos importantes para uma visão crítica do uso de drogas e outros elementos negativos:

Outro aspecto bastante importante dessa formação integral é o de que os alunos sejam capazes de reconhecer e repudiar os aspectos negativos que envolvem as práticas corporais na sociedade, como, por exemplo, o uso de anabolizantes no esporte de rendimento, a busca do corpo idealizado pela mídia, a violência entre as torcidas, ou seja, deve-se buscar garantir a autonomia dos alunos para refletir, criticar e usufruir do conhecimento do esporte obtido na escola e no Programa Segundo Tempo.

A educação e conscientização da importância da ética e saúde no esporte, buscando a redução do uso de anabolizantes e outros métodos de dopagens fazem parte das missões da Agência Mundial Antidoping e da Autoridade Brasileira do Controle de Dopagem (ABCD).

Desde 2011, a ABCD tem realizado campanhas educativas buscando disseminar a cultura antidopagem, reforçando o comportamento ético no esporte e estimulando a assimilação dos valores do esporte no ambiente de competição.



Clique na imagem para assistir ao vídeo

Como exemplo, podemos citar o projeto #SOUMAISEU que em 2014 foi lançado no maior evento escolar competitivo para crianças e adolescentes com deficiência:

O lançamento do conceito aconteceu nas Paralimpíadas Escolares 2014. A ABCD esteve nos três dias de competições (25 a 27/11) com um estande feito em parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB. Os atletas, entre 12 e 17 anos, aprenderam a importância de competir livre da dopagem participando de jogos, como cruzadinhas e caça-palavras, vídeos, quiz e o torneio ABCD Sabe Tudo Antidopagem, com direito a troféu e pódio. A ABCD fez, também, palestras para os Atletas estudantes (ABCD, 2021).

## MÓDULO 3

---

### 3.2 Acesso e Inclusão do Público Atendido

p.40 ▾

O esporte e o lazer, conforme preconizam os artigos 6º e 217 da Constituição Federal, são direitos de cada cidadão, e é dever do Estado garantir o seu acesso à sociedade. O acesso ao esporte e ao lazer contribui para a reversão do quadro de vulnerabilidade social, atuando como instrumentos de formação integral dos indivíduos e, conseqüentemente, possibilitando o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a promoção da saúde e o aprimoramento da consciência crítica e da cidadania (FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA, 2009, p. 07).

O direito de acesso ao esporte, e aos benefícios para o desenvolvimento humano e cidadania, está na Política Nacional de Esporte, em especial, aos grupos sociais descritos nesta política como “população carente e aos marginalizados” (BRASIL, 2005).

O esporte, inclusive o educacional e o escolar, ainda enfrentam muitas dificuldades de serem acessíveis para todas as crianças e adolescentes, principalmente para os grupos sociais especialmente atendidos na Política Nacional de Esporte. Esse fato se deve à herança da esportivização da educação física que supervaloriza o rendimento, o resultado, a técnica, a competição e outros elementos que dificultam a percepção, respeito e valorização da individualidade, da diferença, da eficiência e da cooperação. Por esses fatos, e por acreditar que mudar essa realidade é possível, que viemos direcionando este material para os princípios da Educação Inclusiva. Para aumentar a possibilidade de garantia de acesso de todos no esporte e em outros ambientes educacionais a qualidade dos projetos/programas/espacos tem que ser priorizada, como na educação inclusiva. “Educação inclusiva é a uma educação de qualidade para todos, independentemente de seu talento, deficiência (sensorial, física ou cognitiva), origem sócio-econômica, étnica ou cultural” (DALLA DEA; DALLA DEA, 2020, p. 6).

Oliveira et al (2009, p.10) relatam que apesar do crescimento do Programa de Esporte Educacional (no caso o Programa Segundo Tempo) as dificuldades pela universalização do acesso ao esporte é fato causado por diversos aspectos que prejudicam sua continuidade e o investimento e descentralização de recursos. Buscar frequentemente políticas públicas, novos recursos e condições de acesso é uma luta constante de quem acredita no potencial do esporte como transformador social e como instrumento de inclusão social das pessoas excluídas histórica e culturalmente da nossa sociedade.

#### 3.2.1 Acessibilidade e Inclusão

Ao tratar de acessibilidade, ainda hoje e na maioria das vezes, as legislações, políticas públicas e ações direcionam suas discussões para as pessoas com deficiência, como se apenas elas se beneficiassem com espaços e práticas mais

acessíveis.

O tema acessibilidade foi, por longo tempo, de tabu a restrito a especialistas. Felizmente a cortina do passado se fechou, colocando em cena a acessibilidade como valor, voltado à cidadania. Mais que isso, acessibilidade é um normalizador de condutas e parametrizador dos objetos do mundo natural. Em tempos de design para todos e design universal, segregar elementos destinados a pessoas com deficiência ou restrições de várias ordens é atitude a ser vencida. A tônica emergente da sociedade contemporânea, cujo signo é a tecnologia e a inteligência, é prover acessibilidade para todos, independentemente de sua condição física, perceptiva ou mental (ROCHA, 2018, p. 02)

∨ p.41 ∨

Dessa forma que viemos trabalhando em todo esse material, valorizando os princípios, conhecimentos e ações realizadas na área da Educação Inclusiva como um conhecimento fundamental para qualquer atividade que busca acessibilidade e inclusão para todas as pessoas. Considerando que todas as pessoas possuem alguma diversidade motora, visual, auditiva, intelectual, social, cultural, política, entre tantas outras capacidades/deficiências pertinentes a esse ser fantástico que é o ser humano. A acessibilidade tem como objetivo a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de qualquer espaço/ação/equipamento/conhecimento. Quanto mais pensarmos no Esporte Educacional por meio do Desenho Universal mais acessível este será.

A acessibilidade arquitetônica e comunicacional pode aumentar significativamente o sucesso da inclusão, mas sem acessibilidade pedagógica e atitudinal chegaremos no máximo à integração das pessoas com diferenças mais significativas. Para incluir não basta estar no mesmo espaço, mas sim ter as mesmas oportunidades, respeitando-se as dificuldades dos participantes e direcionando o olhar e as atividades para suas eficiências.

## PARA LEMBRAR



Você lembra a diferença entre inclusão e integração?

Nós estudamos isso no módulo I (aula 1, parte 2).  
Que tal revisitar para lembrar?

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, o aprimoramento dos sistemas educacionais pode aumentar as possibilidades de “garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de

acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” BRASIL, 2015, p.9).

### 3.2.2 Acessibilidade Pedagógica

A acessibilidade pedagógica é entendida como a ação de minimizar ou excluir as barreiras para aquisição do conhecimento ou aprendizagem por meio de atividades didático-pedagógicas apropriadas.

Quando se busca acesso, permanência, participação e aprendizagem no Esporte Educacional para todas as crianças e adolescentes, com toda sua possível diversidade, a escolha adequada das ações didático-pedagógicas pode determinar inclusão ou exclusão.

Convido vocês a conhecerem o trabalho realizado por Dalla Déa e Dalla Déa (2020) que envolveu o estudo de 66 dissertações e teses defendidas de 2008 a 2018, momento de maior desenvolvimento da história da inclusão no Brasil, que discutiam sobre inclusão na Educação Física. Nesse mesmo trabalho, realizamos uma pesquisa com professores de Educação Física com amplo conhecimento e vivência de práticas corporais para pessoas com deficiência sobre quais conhecimentos e práticas pedagógicas os professores de Educação Física deveriam ter/fazer para que a inclusão aconteça em ambientes inclusivos. Trarei para esse texto alguns resultados encontrados nas nossas pesquisas.

Verificamos que são muitas as pesquisas de campo na área da Educação Física escolar que vivenciam práticas desastrosas e excludentes de professores que muitas vezes desestimulam a participação dos alunos com deficiências, não os convidando para aula ou dando uma bola ou outro material como bambolê para que esse aluno vá brincar em outra quadra totalmente separado dos colegas. O que verificamos nesses casos é que não é só o estudante com uma deficiência diagnosticada que é excluído em algum momento das práticas pedagógicas desse professor, mas todos os menos hábeis, com outras necessidades específicas (obesos, sedentários, entre outros) e até alunos hábeis nas atividades propostas, mas que em algum momento não atendem às expectativas ou discordam do professor.





Verificamos também em nossas pesquisas nos trabalhos científicos, e com os professores pesquisados, muitas práticas pedagógicas acessíveis e inclusivas, que nos mostram que acessibilidade pedagógica é possível. Que uma aula com qualidade, com riqueza e clareza de informações, com diferentes possibilidades para diferentes habilidades, que abranja a cultura corporal de maneira mais ampla, ou seja, que reconheça e respeite as eficiências e deficiências de todos os alunos é possível.

A Educação Física, esporte e práticas corporais são considerados pelas pesquisas, favoráveis à inclusão, pela aproximação dos corpos, facilitação de convivência, necessidade de comunicação durante as atividades e atividades atrativas. No entanto, as práticas pedagógicas do professor podem ampliar essa possibilidade ou não. “O professor com boas estratégias e olhar sensível pode ter papel fundamental para que essas relações sociais sejam positivas e inclusivas”.

Entre as práticas pedagógicas que verificamos como positivas está a boa relação professor-aluno, que incentiva a relação aluno-colega. Quando o professor trata e se relaciona com respeito com os alunos com dificuldades ou menos habilidade toda a turma tende a respeitar também. Uma ação pedagógica que tem trazido bons frutos para inclusão é o chamado “colega tutor”, onde um colega mais hábil auxilia os com mais dificuldades ou deficiência.

Verificamos que as aulas passam a ser mais atrativas e inclusivas quando se oferece variedade de possibilidades, que muitas vezes é favorecida pela criatividade do professor. Em uma aula de futebol podemos marcar com barras, além do gol comum, um outro gol que pegue o fundo da quadra toda e um golzinho menor no meio do gol convencional. Quando o participante com menor habilidade acertar qualquer parte do gol pode ter maior pontuação, assim os demais participantes irão incentivar o colega menos habilidoso a participar e ainda ser decisivo na vitória. Nessa atividade são trabalhados fatores como respeito pela diferença, cooperação, inclusão, autoestima, empatia, entre outros elementos importantes para o Esporte Educacional.

Outras adaptações pedagógicas, com mudanças de regras como por exemplo: todos têm que arremessar, só pode arremessar quem não fez ponto ainda, ou se todos fizerem ponto terão bonificações, podem favorecer a inclusão de todos. Muitas adaptações de regras podem ser criadas pelos próprios alunos (crianças e adolescentes) que conhecem bem suas deficiências e dificuldades, isso também favorece o reconhecimento destes nas práticas, isto é, todos poderão e deverão contribuir com a construção, execução e avaliação das atividades propostas. Essa participação auxilia na formação de cidadãos mais humanos, conscientes, inclusivos, participativos, ativos, entre tantas qualidades também pertinentes ao Esporte Educacional.

A ação participativa e de participação democrática pode trazer maior acessibilidade e inclusão. A escuta sensível, que já dissemos, que envolve discutir com os alunos quais práticas pedagógicas foram eficientes, quais podem ser modificadas e inclusive ouvir suas sugestões de modificação, envolve também a observação atenta sobre a participação e aprendizagem de todos com olhar as capacidades e possibilidades de todos.

Outras ações pedagógicas que se pode fazer é realizar atividades onde todos fiquem na mesma posição e condição que a pessoas com dificuldade ou deficiência, como, por exemplo, colocar todos sentados em equipamentos de cadeiras de rodas, cadeiras de escritório, triciclo, sentados em skates, carrinho de rolimã e todos jogarem basquete sobre rodas. Os alunos podem colaborar levando de casa o que tiverem com rodinhas.

O Esporte paralímpico pode ser usado no projeto/programa de Esporte Educacional como acessibilidade pedagógica, mas falaremos a esse respeito depois.

### 3.2.3 Acessibilidade Arquitetônica

A Acessibilidade arquitetônica é um fator que pode ser uma dificuldade pelo custo da compra de um elevador, da construção de rampas, reforma de portas, entre outros elementos que podem dificultar o acesso ao ambiente esportivo de pessoas usuárias de cadeira de rodas, obesas, com mobilidade reduzida temporária ou permanente.

Quando em um projeto social ou de Esporte Educacional existe o respeito e a valorização da diferença, a acessibilidade é entendida como um direito. Essa consciência faz com que todos os envolvidos, e as vezes pessoas próximas, acabem abraçando a causa, buscando alternativas de ir até o poder público para lutar por políticas públicas e recursos para que se efetive a acessibilidade arquitetônica.

Para buscar condições de acessibilidade arquitetônica é importante conhecer quais são as normas de acessibilidade para os espaços. Para saber um pouco mais, procure conhecer a lei nº 10.098, também conhecida como "Lei de Acessibilidade".

## LEGISLAÇÃO

### Legislação Informatizada - LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 - Publicação Original

Veja também:

▫ [Texto Atualizado \(arquivo em formato doc\)](#) ▫ [Proposição Originária](#) ▫ [Dados da Norma](#)

### LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

#### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Clique na imagem para acessar o documento

Faz parte dos objetivos do Esporte Educacional formar indivíduos social e politicamente ativos e empoderados. Pensando dessa forma, a presença das pessoas com diferenças significativas, com menor habilidade e com deficiência pode favorecer que esses objetivos sejam atingidos e colaboramos para uma sociedade melhor.

Devemos lembrar que o direito de ir e vir é irrestrito, sendo assim, todos os espaços onde poderão atuar, deverão ser pensados nos mais diversos corpos. Sabemos que não é simples transformar do dia para noite uma realidade, entretanto, a busca por espaços inclusivos deve ser sempre uma das nossas metas.

Para buscar condições de acessibilidade arquitetônica é importante conhecer quais são as normas de acessibilidade para os espaços. Caso queiram conhecer, estão na ABNT 9050/2015.

### **3.2.4 Tecnologia Assistiva.**

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, tecnologia assistiva são:

produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, p. 01).

Em algumas legislações brasileiras o termo utilizado é “Ajuda Técnica”, mas na Lei Brasileira de Inclusão tecnologia assistiva e ajuda técnica são utilizadas como sinônimos.

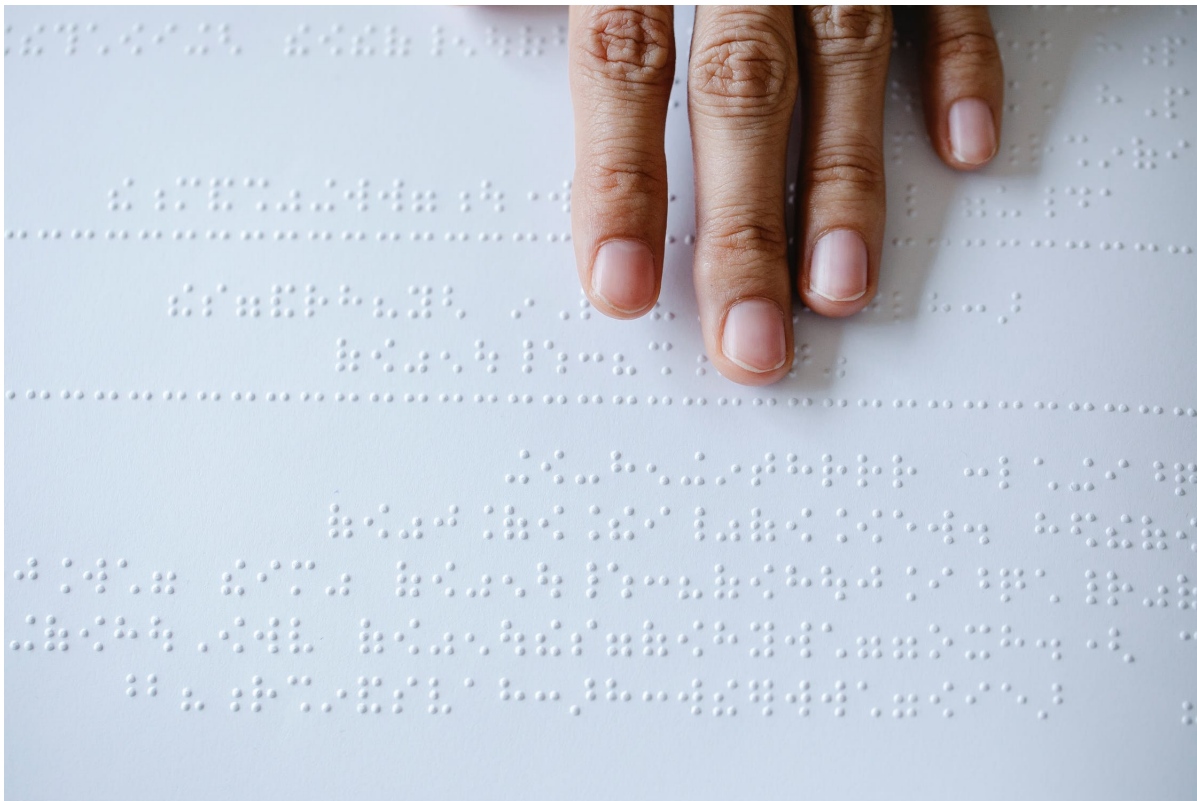


Foto de Eren Li no Pexels

Observando o conceito verificamos que não são apenas os equipamentos que fazem parte da tecnologia assistiva, mas também metodologias, estratégias e práticas que já discutimos no item acessibilidade pedagógica.

Na Universidade Federal de Goiás temos o Laboratório de Acessibilidade Informacional que possui diversos equipamentos de alto custo que foram feitos para pessoas com deficiência, mas que podem ser usados também por pessoas com outras necessidades específicas como dificuldades de alfabetização, idosos, mobilidade reduzida, e até todos nós, quando estamos cansados de leitura e queremos ouvir o que tem em um livro ao invés de ler.

Assim, algumas vezes tecnologia assistiva que fazemos para aula de Educação Física, esportes e práticas corporais, para incluir as crianças com deficiência, acabam sendo úteis para outras crianças. Não tem elemento que aguce mais a curiosidade das crianças que uma bola com guizo, por exemplo, quando percebemos, sem precisar de muito incentivo, já estão todos fechando os olhos para ver se encontram e se acertam a bola. Bandeira, Rocha e Dalla Déa (2020) dizem que:

de toda a sala. Sabemos que quanto mais estímulos diferentes tivermos, ao apresentar um mesmo conhecimento, maior será a possibilidade de entendimento (p.14).

Como na Universidade Federal de Goiás, a maioria das cidades brasileiras tem instituições e associações que possuem tecnologia assistiva de alto custo. Assim, em parceria com essas instituições, ou seja, com o trabalho colaborativo, o professor pode conseguir material em braille para sinalizar os banheiros do ginásio, por exemplo, ou fazer uma impressão em alto relevo com impressora 3D para mostrar o ginásio, a quadra ou o posicionamento dos atletas em quadra para os alunos cegos. Em Bandeira, Rocha e Dalla Déa (2020) contamos experiências onde o professor foi até o laboratório em busca impressão de algum material 3D para o aluno com deficiência e no final do ano o professor relata que esse material favoreceu o aprendizado de todos os alunos.

Quando a gente leva para o ambiente educacional, inclusive no Esporte Educacional, mais elementos sensoriais, favorecemos a qualidade do ensino para todos os alunos. Por exemplo, quando explicamos a atividade com mais detalhes porque temos um aluno com síndrome de Down, aumentamos a possibilidade de outros alunos entenderem também. Quando eu levamos mais elementos sonoros porque temos um aluno cego ou com baixa visão, favorecemos todos os alunos que têm baixa atenção a elementos visuais ou hiperatividade.

## DICA



Quando explicamos a atividade com mais detalhes porque temos um aluno com síndrome de Down, aumentamos a possibilidade de outros alunos entenderem também. Quando eu levamos mais elementos sonoros porque temos um aluno cego ou com baixa visão, favorecemos todos os alunos que têm baixa atenção a elementos visuais ou hiperatividade.

São inúmeras as possibilidades de tecnologia de baixo custo que pode ser feita pela criatividade do professor ou pode, inclusive, ser criada pelos próprios alunos. Uma bola com sacos plásticos em volta pode substituir uma bola com guizo. Um barbante colado nas linhas da quadra com fita adesiva pode favorecer o aluno com deficiência visual, mas, também, pode facilitar o entendimento de todos sobre limites. Um elemento em 3D como a quadra com posicionamento dos atletas pode ser feito com materiais recicláveis, estimulando assim a criatividade, a cooperação e a consciência ambiental.

### 3.2.5 Capacitismo

O capacitismo é o preconceito que classifica as pessoas de acordo com um ideal de corpo. Geralmente está relacionado à pessoa com deficiência. Acontece quando a sociedade acredita que a pessoa com deficiência é menos “capaz” que as demais considerando apenas sua aparência. Assim, pessoas cegas, surdas, cadeirantes e com deficiência são subjugadas mesmo antes de se dar oportunidades para essas mostrarem suas eficiências.



REPRODUÇÃO / © RICARDO FERRAZ

O problema principal do capacitismo são as ações que as pessoas têm a partir desse preconceito, tratando as pessoas com deficiência com infantilização, sem dirigir a palavra a elas, generalizando a deficiência, e outras ações que geralmente levam à redução de oportunidades e exclusão.

∨ p.45

Para a Lei Brasileira de Inclusão:

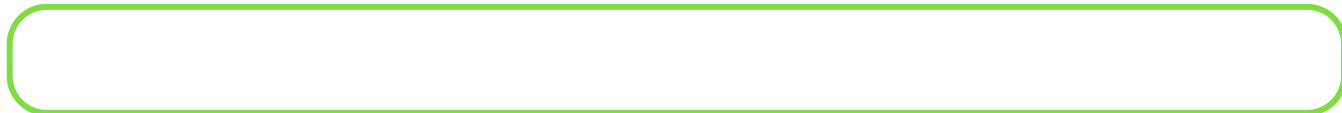
Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. § 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, p.03).

Gostaríamos de propor que a gente pensasse: Será que outros grupos sociais também têm sua capacidade questionada ou negada por conta de características físicas? Quantas vezes vimos pessoas obesas sendo injustamente relacionadas com características de preguiçosas ou acomodadas? Quantas vezes vivenciamos pessoas negras sofrendo preconceito, sendo identificadas como menos capazes ou marginais por conta da característica da pele? Quantas vezes vimos pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis, queer, intersexo, assexuais, entre outros, sendo caracterizadas como imprudentes ou promíscuas por suas características físicas e identidade?

Desta forma, muitas outras pessoas, para além das pessoas com deficiência sofrem com ações preconceituosas que duvidam ou negam suas capacidades assim, sofrem também com o Capacitismo.

Esse fato acontece na sociedade, na escola e em outros muitos espaços da sociedade, inclusive no Esporte Educacional. Muitas vezes esses preconceitos estão enraizados culturalmente, e as pessoas agem sem perceber. Mas, o preconceito caracterizado por alguma ação ou omissão preconceituosa é crime. Segundo a Constituição Brasileira, “serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1988, p. 01).

Tirar a oportunidade de participação e de sucesso de uma criança ou adolescente em razão de uma característica além de crime não condiz com nenhuma ação, projeto, programa, ou atividade Educacional. Algumas das nossas crianças ou adolescentes podem ter alguma dessas ações preconceituosas espelhando o que aprenderam e vivenciaram na sociedade. Faz parte do nosso papel enquanto professores desconstruir esse preconceito com exemplos e com práticas que estimulem o respeito, a amizade e a empatia entre nossos alunos com diferentes características.



## MÓDULO 3

---

### Referencial Teórico

p.46 ✓

ABCD. **Campanha #JogoLimpo**. Autoridade Brasileira de Controle do Doping. Atualizado em 10/02/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/abcd/pt-br/composicao/educacao-e-prevencao/campanha-jogolimp-1> . Acesso em 25 fev. 2021.

ALTMANN, H. **Gênero e esporte**: masculinidades e feminilidades na escola. Educação física escolar: relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015. 176p. Estudos Feministas, Florianópolis, 24(2): 292, maio-agosto/2016.

ALTMANN, H. **Exclusão nos esportes sob um enfoque de gênero**. *Motus Corporis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 9-20, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 162. 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view> Acesso em 26 fev. 2021.

BANDEIRA, Ana; ROCHA, Cleomar; DALLA DÉA, Vanessa Helena Santana **Se inclui**: formação docente para inclusão e acessibilidade [Ebook]. Goiânia: Cegraf UFG, 2020.

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 24 fev 2021.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disponível em: [www.senado.gov.br/sf/legislacao/const](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const) Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte. Brasília. 2005. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/contato/83-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/sala-de-imprensa2/21849-politica-nacional-do-esporte>. Acesso em 13 fev. 2021.



DALLA DÉA, Vanessa Helena Santana. **Autoconceito e capacidades físicas de idosos depressivos e não depressivos participantes de um programa de atividade física de longa duração.** 2009. 263 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/274778>. Acesso em: 24 fev. 2021

DALLA DÉA, Vanessa Helena Santana; DALLA DÉA, Vicente Paulo Batista **Guia de inclusão na educação física na escola comum** [Ebook] Goiânia: Cegraf UFG, 2020

DARIDO, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B.. Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo. *In*: OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

EDUCA+BRASIL. **Qual o significado da sigla LGBTQIA+?** Entenda o significado de cada letra e a sua importância para o movimento. 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>. Acesso em 18 fev. 2021.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; DARIDO, Suraya Cristina Darido; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli. **O ensino dos esportes.** *In*: **Esportes de invasão**: basquetebol, futebol, futsal, handebol, ultimate frisbee. Maringá: Eduem, 2014.

JAEGER, A; GOELLNER, S.V. **O músculo estraga a mulher?** A produção de feminilidades no fisiculturismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n.3 p. 955-975, set/dez, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARQUES, João Paulo. **Transfobia.** Todo Estudo. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/sociologia/transfobia>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MELO, J.P.; DIAS, J.C.N.S.N. **Fundamentos do programa segundo tempo**: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação. OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.

MELO, A.M.; BRETAS, A.; MONTEIRO, M.B. **Fundamentos do lazer e da animação cultural.** OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. **Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial.** *Ciências & Saúde Coletiva*, 25(5):1709-1722, 2020.

∨ p.47

OLIVEIRA, A.A.B.; PERIM, G.L. (orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática.** Maringá: Eduem, 2009.

OPAS/OMS. **Dia Mundial da Saúde Mental:** uma oportunidade para dar o pontapé inicial em uma grande escala de investimentos. Organização Pan-americana de Saúde. 27 de agosto de 2020. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6263:dia-mundial-da-saude-mental-uma-oportunidade-para-dar-o-pontape-inicial-em-uma-grande-escala-de-investimentos&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6263:dia-mundial-da-saude-mental-uma-oportunidade-para-dar-o-pontape-inicial-em-uma-grande-escala-de-investimentos&Itemid=839). Acesso em: 24 fev. 2021.

PASQUIM, Heitor Martins; RIOS, Gleyson Batista; MACHADO, Gabriela Cardoso e MARCHI, Francisco Luiz de. Jogos goianos da saúde mental: análise sobre o processo de participação. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte** [online]. 2020, vol.42, e2047. Epub 04-Dez-2020. PRADO, V, M; RIBEIRO, A, I, M. Gêneros, sexualidades e Educação Física escolar: um início de conversa *Motriz*, Rio Claro, v.16 n.2 p.402-413, abr./jun. 2010.

PRADO, V. M.; RIBEIRO, A. I. M. **Gêneros, sexualidades e Educação Física escolar:** um início de conversa *Motriz*, Rio Claro, v.16 n.2 p.402-413, abr./jun. 2010

RIBEIRO, M. D. **Gênero e diversidade sexual na escola:** sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. **Revista eletrônica:** LENPES-PIBID-UEL, 2012.

ROCHA, C. Introdução. In: BANDEIRA, A.; ROCHA, C.; DALLA DÉA, V.H.S. **Acessibilidade:** práticas culturais e tecnologia assistiva para a cidadania [ebook]. Goiânia: Gráfica da UFG, 2018. (Coleção Invenções)

ROSSINI, T. **Binaridade, historicidade e feminismo.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Psicologia), no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, 2018.

SACRAMENTO, P. W. **Diversidade cultural e de gênero:** desafios da educação inclusiva. CAMPOS, Carlos Roberto Pires. (org.). **Gênero e diversidade na escola:** práticas pedagógicas e reflexões necessárias. Vitória: Ifes, 2015.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da Silva; SANTOS, Claudiene. **Diversidade sexual e homofobia na escola: (des) conhecimento e vivências de docentes** **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 41, p. 111-138, maio/ago. 2016

UNODC. **Relatório Mundial sobre Drogas 2020**. Organização das Nações Unidas. 2020. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2020/en/exsum.html> . Acesso em 24 fev. 2021.

## **MÓDULO 4**

---

### **Introdução**

p.48

---

A inovação é entendida sob quatro perspectivas: como algo positivo a priori, como sinônimo de mudança e reforma educacional, como modificação de propostas curriculares e como alteração de práticas educacionais costumeiras em um grupo social (TAVARES, 2019, P.1).

A necessidade de propostas com atuação inclusiva que considere o Esporte Educacional para todos vem sendo colocada desde o início desse material. Trouxemos diversos autores que mostram que a inclusão, apesar de ser prevista na Constituição Brasileira e em outras diversas legislações, inclusive no Esporte Educacional, ainda não é uma realidade.

Trouxemos exemplos de práticas pedagógicas que podem efetivar a atuação inclusiva e inovadora nas aulas de esporte, como com escuta sensível, por meio do desenho universal, buscando o trabalho colaborativo, com criatividade, materiais alternativos e participação dos alunos na discussão de regras, com ênfase na cooperação e uso cuidadoso da competição, entre outras.

## MÓDULO 4

### 4.1 Participação Eficiente e Criativa do Público no Contexto Social

p.49 ∨

Discutimos que só conseguimos um Projeto/Programa de Esporte Educacional, que atenda com maior eficiência as demandas e necessidades da comunidade onde é proposto, se o tornarmos democrático e participativo.

#### 4.1.1 Planejamento Participativo

Quando a população participa dos processos de decisão, de planejamento, forma-se uma massa crítica a respeito dos temas, acumulam-se conhecimento e reflexão que geram interesse. E, se a participação é efetiva e não apenas encenação, os movimentos populares se reconhecem nas medidas tomadas e colaboram para seu sucesso. É nesse sentido que a participação pode significar ganhos de eficiência, além da ampliação da Democracia (SALLES, 2012, p.79)

### LEMBRANDO



Gostaríamos nesse momento próximo de finalizar nosso material de lembrar alguns dos muitos princípios que valorizam a participação da comunidade para o sucesso dos Projetos/Programas de Esporte Educacional que levam a um planejamento democrático e inclusivo. Vimos que a gestão participativa atende os princípios do Esporte Educacional e inclusivo, proporcionando o envolvimento da comunidade, aproximando os objetivos do projeto às necessidades locais e engajando a comunidade envolvida.

Discutimos que a participação efetiva da comunidade nos projetos pode ser mais trabalhosa, mas potencializa o alcance dos projetos, o uso adequado dos espaços de esporte e lazer, diminuindo a possibilidade de erro, retrabalho e desperdício de gasto de tempo e recursos, envolvendo nas discussões e planejamentos as crianças e adolescentes participantes, suas famílias, os líderes da comunidade e os conselhos e organizações locais.

Anversa et al (2017) relatam que para o planejamento participativo do projeto de Esporte Educacional algumas fases devem ser consideradas, sendo elas o diagnóstico, objetivos e seleção dos conteúdos.

Já discutimos nesse material a importância do diagnóstico das necessidades sociais para atender os objetivos do Esporte Educacional de buscar a transformação social por meio da modificação da realidade da comunidade. Como conhecer a realidade da comunidade e suas necessidades de transformação sem se aproximar desta? Seria incoerente.

## TOME NOTA



Assim discutimos que Oliveira et al (2004) indicam duas ações diagnósticas envolvendo a comunidade, inicialmente conhecendo a realidade da localidade por meio de organizações locais, índices e observação, depois conhecendo e envolvendo os diferentes atores da comunidade envolvidos no projeto com entrevistas, questionários e rodas de conversas.

Após o diagnóstico da realidade da comunidade e dos participantes do Projeto/Programa Educacional é fundamental que o professor reflita sobre como e o que pode ser valorizado nas atividades, e o como e o que pode ser modificado através dos exercícios educacionais que as atividades podem envolver. Buscando a transformação social que o Esporte Educacional pode causar, espera-se do educador uma dedicação com olhar amplo sobre a necessidade destas crianças, jovens e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social. O olhar deve partir da escuta sensível que já abordamos e assim diferentes realidades podem ser detectadas com maior necessidade de autocuidado, de autoestima, de socialização, de luta por políticas públicas, entre outras. O esporte educacional pode atuar em questões mais simples como autocuidado, por meio de informações sobre hábitos de higiene e saúde, até questões mais complexas como violência entre grupos da comunidade, por meio de discussões sobre direitos e deveres em uma sociedade.



Também já apresentamos por meio de diversos autores e legislações os princípios e objetivos dos Esportes Educacionais, elementos presentes na Lei Federal n. 9.615 (BRASIL, 1998), que diz que a prática do esporte educacional será desenvolvida no ambiente escolar ou em instituições educacionais assistemáticas, que deve ter como objetivos práticas não seletivas e hipercompetitivas, buscando proporcionar a formação integral, o exercício da cidadania e a prática do lazer e do esporte de crianças e adolescentes.

Enfim, para pensarmos na seleção de conteúdo, somaremos às discussões já realizadas, a apresentação de valores do esporte olímpico, paralímpico, de inclusão e o valor educacional das diferentes possíveis práticas corporais do Esporte Educacional.

#### **4.1.2 Valores Olímpicos e Paralímpicos**

Por se tratar de um fenômeno de repercussão mundial, os Jogos Olímpicos, em particular a espetacularização do esporte de rendimento, influencia de maneira significativa o imaginário social em torno do esporte, sendo uma referência para outras possibilidades da expressão do esporte. É nessa transposição que se faz necessário refletir sobre este modelo olímpico nas atividades esportivas como prática educativa (MELO, SOUZA, DIAS, 2009).

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, que estavam programados para 2020 foram adiados em razão da pandemia da Covid 19 e foram realizados em agosto de 2021. Trata-se de um evento de grande divulgação e valorização na sociedade contemporânea, com um alto rigor seletivo, que exige treinamentos intensos, alto rendimento e performance, com grande competitividade, investimento, onde poucos serão os e as “superatletas” que ganharão uma medalha olímpica e serão considerados heróis de seus países. Tudo isso invade o imaginário das crianças e adolescentes.



Tubino (2010, p. 89) relata que a Educação Olímpica influencia o esporte educacional que é caracterizada pelo **“meio de educação esportiva que tem o propósito de formar jovens dentro dos propósitos humanistas, expressos em categorias, do Olimpismo”**.

Segundo o Comitê Olímpico Brasileiro os jogos da Grécia Antiga deixaram como herança a filosofia olímpica de vida, ou Olimpismo, que tem como objetivo em sua filosofia passar por meio do esporte a mensagem de promotor da paz, união, respeito por regras e adversários, tendo como princípios: amizade, compreensão mútua, igualdade, solidariedade e “jogo limpo”. “O objetivo é contribuir na construção de um mundo melhor, sem qualquer tipo de discriminação, e assegurar a prática esportiva como um direito de todos” .



Oliveira e Pimentel (2010, p.11) relatam que o Movimento Olímpico contemporâneo foi criado no final do século XIX por Coubertin, que **“acreditava que o esporte era uma importante forma de educação para a juventude e sua preocupação era valorizar a competição leal e sadia, a saúde e a atividade física. Portanto, para ele, mais importante que a vitória nas competições era a participação na disputa”**. Os autores destacam que os Valores Olímpicos são: desenvolvimento humano, excelência, fairplay, multiculturalismo, respeito à diferença e paz. Dizem ainda:

“os valores olímpicos não podem ser vistos como um conjunto de abstrações criadas pela aristocracia europeia, e que não possuem conexões com a realidade de hoje. Afinal, como falar de valor olímpico enquanto há tanta desigualdade, discriminação, guerra e fome no mundo, sendo o esporte muitas vezes



utilizado por incautos governantes como ferramenta com o propósito de mascarar realidades sociais injustas?” (OLIVEIRA E PIMENTEL, 2010, p.11).

Cidade (2010) relata que os valores olímpicos também podem ser para as pessoas com deficiência, no entanto o movimento paralímpico traz mais quatro valores. Relata que “o Movimento Paraolímpico hoje está alicerçado em relações de aceitação, respeito e valorização das diferenças e da diversidade”. Apresenta ainda que o espírito humano é enaltecido pelos Valores Paralímpicos que são:

- **determinação** - para superar obstáculos e vencer a adversidade;
- **coragem** - para realizar o inesperado, para além das expectativas;
- **inspiração** – entusiasmar, proporcionar intensa afeição pessoal;
- **igualdade** – o esporte paraolímpico pode atuar como um agente de mudança atitudinal para combater a discriminação em relação às pessoas com deficiência” - (p.61).

Não temos dúvida que o esporte de alto rendimento é para poucos e que nem sempre ter ótimo desempenho no esporte é suficiente para chegar à uma Olimpíada ou Paralimpíada. Precisa-se de oportunidade, financiamento, tecnologia, equipe especializada e tantas outras condições que estão distantes da maioria das pessoas.

## IMPORTANTE



Mas também não temos dúvida do encanto e influência que esses megaeventos geram nas crianças e adolescentes. Assim, **apesar de no Esporte Educacional não buscarmos o alto rendimento para os jovens e sim o verdadeiro valor das práticas esportivas**, cabe a este utilizar-se dos princípios formadores dos valores olímpicos e paralímpicos, sem, no entanto, deixar de incentivar a reflexão e a crítica aos efeitos negativos dos megaeventos.

Convidamos vocês para conhecerem a pesquisa que fizemos com atletas paralímpicos de diferentes níveis, atletas campeões em Paralimpíadas e iniciantes, em Dalla Déa et al (2020), onde podem assistir aos vídeos de atletas de todos os esportes que estiveram nos Jogos Paralímpicos de Tokio 2020. Nos depoimentos podemos ver como o esporte paralímpico modifica a vida dessas pessoas, muitos relatam como a sociedade muda a visão que possuem deles com o esporte e o

quanto se sentem mais fortes e preparados para viver com mais autonomia, autoconfiança e autoestima.  
Acessar pesquisa.

### 4.1.3 Valores do Esporte Inclusão.

A inclusão é um direito previsto na Constituição Brasileira e em diversas diretrizes, leis e políticas no Brasil e no mundo. É também valor e objetivo principal do Esporte Educacional como já dissemos nesse material em diversos momentos.

Poderíamos aqui trazer diversas pesquisas e vivências que mostram os inúmeros valores do esporte inclusão. Mas, certamente, nunca conseguiríamos descrever todas as variáveis de valores que os diferentes projetos com seus direcionamentos e com as possibilidades das diferentes modalidades do Esporte Educacional. Assim, optamos em discutir uma modalidade que apesar de muito utilizada ainda é pouco discutida nos projetos de esporte educacional, que é a dança.

#### TOME NOTA



A dança é uma rica possibilidade para o Esporte Educacional discutida por Kiouranis (2017, p. 111), a qual “é capaz de comunicar e de transmitir valores e sensações estéticas; cada vez que se dança se envolvem sujeitos, contextos sociais, emoções, percepções e ideias diferentes. Por isso, em cada momento se produz uma obra singular, que não se repete”.

Como neste capítulo estamos discutindo Propostas Inovadoras de Atuação Inclusiva as possibilidades são inúmeras, mas gostaríamos de apresentar uma proposta realizada por Lima, Oliveira e Dalla Déa (2018). Trata-se de um projeto inclusivo de dança que tem participantes com diferentes características como: bailarinos experientes, pessoas que nunca tinham dançado, pessoas sem e com deficiência visual, sensorial, física e intelectual, pessoas de diferentes idades (desde bebês até idosos), com diferentes gêneros, cores, formas, entre outras. O processo de criação, apresentado em Lima, Oliveira e Dalla Déa (2018), desenvolveu ações formativas, educacionais e artísticas que culminaram na apresentação pública com mais de 90 pessoas no palco. Para essa apresentação abordamos o tema do holocausto, e para isso, tivemos ações formativas em que discutimos o preconceito, nazismo e diferença por meio de um processo criativo coletivo e poético. Os relatos dos participantes durante e após o processo, e também do público que assistiu à apresentação, mostram o quanto esse trabalho no projeto foi formativo e impactante. A dança permite abraçar as expressões e emoções, discutir e se movimentar por meio de temas muito complexos como esse. Mas, certamente, todas as práticas corporais, possíveis no Esporte Educacional, também permitem a formação e a discussão de temas presentes no cotidiano das pessoas que podem colaborar para pessoas mais sensíveis, humanas e cidadãs.

Outras muitas experiências são apresentadas nas pesquisas. Por exemplo, Ferreira (2014) apresenta o atletismo em um programa de Esporte Educacional para crianças de 8 a 11 anos e comprova seus benefícios para os aspectos motores, mas também para as habilidades sociais como empatia e afetividade. Mota (2017) estudou um projeto de esporte educacional que se utiliza do futebol como possibilidade de transformação social, o autor relata que:

o projeto tem o impacto positivo na vida dos participantes, seja no aspecto técnico e físico, na melhora do comportamento, sendo também utilizado como lazer ou passatempo, fazendo com que os participantes se distanciem da criminalidade e formando, conseqüentemente, cidadãos que contribuem com o desenvolvimento da sociedade economicamente e socialmente (p.42).

## TOME NOTA



No Esporte Educacional a vivência em diferentes modalidades pode ampliar a cultura corporal, a experiência e os benefícios para as crianças e adolescentes. No entanto, não temos dúvida que independente da modalidade escolhida, na maioria das vezes, o que faz a diferença é a atuação diferenciada do professor.

## MÓDULO 4

### 4.2 Esportes e Possibilidades

p.53 ✓

Práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re)construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade (BRASIL, 2018, p.215).

O Esporte Educacional deve ser direcionado de uma forma que abranja as muitas possibilidades dos elementos culturais esportivos brasileiros, buscando o maior potencial de compreensão e de universalidade possível (BRASIL, 2005, p.25). Utilizando-se das diferentes modalidades esportivas o professor pode ampliar a possibilidade de atender às diferentes expectativas e interesses dos participantes com toda sua diversidade de gênero, idade, deficiência e aptidão (MELO; BRETAS; MONTEIRO, 2009), incluindo práticas como danças, ginásticas, lutas, capoeira, práticas de aventura e circenses.



brincadeiras e jogos



dança



esporte



ginástica



lutas



práticas corporais

Segundo Brasil (2018), diferentes dimensões do conhecimento podem ser acessadas com a experiência de cada prática corporal, que quando problematizadas, desnaturalizadas e evidenciadas podem ganhar sentido e significado para os diferentes grupos e realidades sociais.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) traz a importância de se abordar cada uma das práticas corporais e as divide em seis unidades temáticas que devem ser abordadas com crianças e adolescentes a fim de abranger as diferentes culturas corporais, sendo elas: jogos e brincadeiras, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventura.

Assim como na Educação Física Escolar, apresentada em Brasil (2018), o Esporte Educacional também deve ser entendido com todas as possibilidades e modalidades das práticas corporais, envolvendo os esportes coletivos (RODRIGUES; DARIDO; PAES, 2013), lutas (RUFINO; DARIDO, 2012), ginástica, dança e atividades circenses (GONZÁLEZ, DARIDO, OLIVEIRA, 2017), e práticas corporais de aventura (FRANCO; CAVASINI; DARIDO, 2017).

#### 4.2.1 Abordagem Educacional dos Esportes

Apresentamos, ainda nesse material, que abordar a cultura corporal para além dos esportes coletivos pode favorecer o Esporte Educacional Inclusivo, tornando-o mais atrativo, mais coerente com a realidade social, mais rico em informações e culturas, e, conseqüentemente, mais inclusivo. Assim gostaríamos de propor que ao se pensar em Propostas Inovadoras de Atuação Inclusiva que se pense em todas essas possibilidades.



Isso não quer dizer que os esportes coletivos devam ser desconsiderados. Os esportes coletivos trazem diversas possibilidades de trabalhar habilidades sociais e pessoais, como: respeito às regras, cuidado com o colega, companheirismo, buscar um objetivo, aceitar a derrota como aprendizagem, entre outras. Rodrigues, Darido e Paes (2013) realizaram um estudo que teve por objetivo apresentar as contribuições da pedagogia do esporte para o ensino dos esportes coletivos nos projetos educacionais, nas suas dimensões técnico-tática e socioeducativa. Relatam que:

Na realidade dos projetos esportivos de inclusão social, sem perder de vista as finalidades educativas do ensino do esporte, as propostas do referencial técnico tático podem contribuir sobremaneira para o desenvolvimento da autonomia dos alunos em relação à vivência do jogo, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e competências que os instrumentalizem a usufruir e transformar as práticas esportivas de acordo

com as suas necessidades. Concomitantemente, as propostas do referencial sócio-educativo contribuem no sentido de evidenciar e tematizar os significados sociais subjacentes às práticas esportivas, os princípios, valores e atitudes que permeiam a vivência do esporte, permitindo aos alunos reconhecer e repudiar as injustiças, os preconceitos, a violência e, por outro lado, participar das práticas esportivas com atenção para a diversidade cultural, a ética das relações, entre outros valores que reafirmem o caráter republicano e democrático da sociedade brasileira (RODRIGUES, DARIDO, PAES, 2013, P.335).

Outra possibilidade de prática corporal a ser trabalhada no Esporte Educacional são as lutas. São muitas as possibilidades e modalidades de lutas que podem enriquecer os projetos/programas. Alguns autores discutem que as lutas são muitas vezes caracterizadas por pessoas leigas como um esporte que pode aflorar a agressividade das crianças, no entanto, estudando os princípios, fundamentos e conhecimentos das lutas, verificamos que o respeito ao outro é bastante presente, discutido e utilizado em sua prática. Rufino e Darido (2012) apresentam a complexidade da análise das práticas pedagógicas das lutas considerando suas possibilidades e objetivos. Esse estudo traz elementos que merecem a leitura de todos os que forem propor projetos de Esporte Educacional que utilizem as lutas, concluem que:

## TOME NOTA



Portanto, preciso que a prática pedagógica das lutas corporais seja instituída de sentido. Um sentido que não seja pautado nas formas externas “inquestionáveis”, mas sim no indivíduo que se movimenta, ampliando os conteúdos ensinados por meio da explícita contextualização das dimensões dos conteúdos. Uma prática que atribua sentidos singulares e que compreenda as contribuições que a pedagogia do esporte pode trazer, promovendo a constante resignificação da própria prática na busca desses sentidos. E sentidos que sejam, sobretudo, mais humanos (RUFINO, DARIDO, 2012, p. 297).

Outras práticas corporais podem ser oferecidas no Esporte Educacional, entre elas, as atividades de ginástica, dança e atividades circenses (GONZÁLEZ, DARIDO, OLIVEIRA, 2017). Essas atividades podem proporcionar diversos benefícios como melhora das capacidades físicas, elementos histórico-culturais, proporcionar desafios, entre outros, muitos por meio de suas inúmeras possibilidades.



Rinaldi (2017) relata que as ginásticas podem ser experimentadas como rico e importante elemento educacional, que pode contribuir para que os participantes se tornem transformadores da realidade social em que vivem, mas que dificilmente é abordada no ambiente escolar. Relata que são muitas as possibilidades entre ginásticas fisioterápicas, condicionamento físico, de conscientização corporal, de competição e demonstrativas.

As atividades de aventura também se apresentam como possibilidade e com grande riqueza de potencial para o Esporte Educacional. Franco, Cavasini e Darido (2017, p.139) relatam que as práticas corporais de aventura foram surgindo buscando a superação de obstáculos naturais e que são realizadas com objetivo de “retorno à essência humana, de reaproximação ao meio natural e ao desejo do desafio e superação de limites”.



As atividades circenses, além de encantar as crianças e adolescentes também apresentam inúmeras possibilidades de vivências corporais, com desafios, controle de movimento e emocional, carga histórico-cultural, entre muitos outros benefícios.

As diferentes modalidades circenses são organizadas de formas distintas: do ponto de vista dos materiais ou de sua utilização, ou ainda conforme a predominância de habilidades (acrobáticas, de equilíbrio...). Uma classificação frequentemente utilizada divide as modalidades em cinco grupos: equilíbrios; aéreos; acrobacias; manipulações de objetos e palhaço (DUPRAT; BARRAGÁN; BORTOLETO, 2017, p. 169).

#### **4.2.2 Esportes paralímpicos como Esporte Educacional**

O esporte paralímpico surgiu após a segunda guerra mundial em 1940, como forma de reabilitação de soldados com deficiência. Mas seus muitos benefícios foram expandindo sua utilização e sua procura. Por meio do esporte paralímpico pessoas com deficiência podiam e podem demonstrar suas eficiências e conquistam maior visibilidade e reconhecimento da sociedade em geral.

Dalla Déa et al (2020) apresentam as 22 modalidades do esporte paralímpico, sendo elas: paratriatlo, paracanoagem, atletismo, goalball, natação, tênis em cadeira de rodas, voleibol sentado, basquete em cadeira de rodas, halterofilismo, remo, tiro com arco, bocha, futebol de 5, parabadminton, hipismo, ciclismo (de pista e de estrada), rugby em cadeira de rodas, tiro esportivo, esgrima em cadeira de rodas, judô, tênis de mesa e taekwondo. Com diferentes características, classificações, histórias, exigência de habilidades e capacidades se apresentam como uma rica possibilidade de vivência e desenvolvimento para pessoas com e sem deficiência.





PARATRIATLO



PARACANOAGEM



ATLETISMO



GOALBALL



NATAÇÃO



TÊNIS EM CADEIRA DE RODAS



VOLEIBOL SENTADO



BASQUETE EM CADEIRA DE RODAS



HALTEROFILISMO



REMO



TIRO COM ARCO



BOCHA



FUTEBOL DE 5



PARABADMINTON



HIPISMO



CICLISMO (DE PISTA E DE ESTRADA)



RUGBY EM CADEIRA DE RODAS



TIRO ESPORTIVO



ESGRIMA EM CADEIRA DE RODAS



JUDÔ



TÊNIS DE MESA



TAEKWONDO

Para participar de uma Competição Paralímpica as pessoas passam por avaliações que as classificam e que verificam se são ou não legíveis para a competição. Mas a participação e vivência do esporte paralímpico pode e deve ser para todos.

Fazer uma experiência de jogar futebol ou goalball com os olhos vendados é uma experiência sensorial riquíssima para as crianças e adolescentes sem deficiência. Com desenvolvimento de atenção, comunicação, habilidade auditiva e tátil, entre outros elementos que são importantes para todos nós.



O Goalball é o único esporte paralímpico que não foi adaptado de um esporte convencional, foi criado especificamente para ser praticado por pessoas cegas e com baixa visão. Mas pode ser utilizado nas aulas dos projetos de Esporte Educacional, com todos esses benefícios, também como forma de valorização e respeito pelas pessoas com deficiência.



Entre as muitas possibilidades dos muitos esportes paralímpicos que podemos incluir nos projetos de Esporte Educacional, gostaríamos de chamar a atenção também para a bocha, que é um esporte que todos podem praticar, que costuma ser bem recebido pelas crianças e adolescentes sem deficiência e ainda consegue incluir pessoas com mobilidade reduzida e pessoas com deficiências múltiplas e deficiências mais limitantes.

Miron (2011) realizou uma linda pesquisa que estudou o vôlei sentado em aulas inclusivas com estudantes com e sem deficiência como uma forma de se vivenciar confronto e cooperação numa mesma atividade sem exclusão de estudantes com deficiência física. Verificou que 98% das atividades propostas foram eficazes para proporcionar a interação de estudantes com e sem deficiência, favorecendo a participação e possibilidade de sucesso de todos, despertando valores e conceitos da educação inclusiva.

Convidamos vocês a conhecer os Esportes Paralímpicos em Dalla Déa et al (2020) e realizar uma Proposta Inovadora de Atuação Inclusiva por meio da inclusão desses no Projeto de Esporte Educacional para todos os alunos.

## MÓDULO 4

### 4.3 Projeto de Esporte Educacional

p.56 ∨

Toda prática esportiva, como qualquer relação humana, carrega em si um componente educacional. Porém, para promover o desenvolvimento positivo em jovens é preciso que o programa esportivo esteja estruturado de forma a atingir esses objetivos, com intencionalidade, sentido e significado (UHLE, 2019, p. 06).

#### TOME NOTA



As muitas discussões apresentadas nos quatro módulos desse material têm como objetivo repensar as ações já realizadas nos projetos de Esporte Educacional e que o professor ou gestor seja capaz de elaborar um projeto coerente com os objetivos do Esporte Educacional. Em muitos momentos utilizamos os termos projetos e programas separados por uma barra (projeto/programa), isso porque as informações contidas nesse material valem tanto para um quanto para outro. Entendemos “programa” como dois ou mais projetos realizados com mesmo objetivo ou em um mesmo espaço e tempo ou com outro fator que os unifique. Algumas vezes os projetos de Esporte Educacional são desenvolvidos de maneira autônoma, outras esses projetos fazem parte de um programa maior, como o Programa Segundo Tempo.

Discutimos amplamente os objetivos do Esporte Educacional durante esse material e reforçamos nesse momento alguns pontos para que fiquem bem claros para a elaboração de projetos de Esporte Educacional. Na Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2005) o Esporte Educacional faz parte do esporte de base juntamente com a Educação Física, Esporte Educacional e Esporte Comunitário. No entanto, esse se diferencia pelos seus objetivos de desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, e pelos seus princípios educativos e de habilidades sociais como a inclusão, participação, cooperação, coeducação, corresponsabilidade, podendo ser praticado nos sistemas de ensino ou em outros espaços educativos, não tendo como objetivos a seletividade e competitividade características em outras formas de esporte, buscando o exercício da cidadania. Cada um desses objetivos, princípios e direcionamentos deve estar presente na elaboração, efetivação e avaliação dos projetos de Esporte Educacional.

### 4.3.1 Estudo da Bibliografia e Propostas Voltadas ao Esporte Educacional

Finalizando esse material, para que o professor e coordenadores dos programas/projetos de Esporte Educacional possam dar continuidade em suas reflexões e buscar formas de intensificar os alcances e objetivos de seu trabalho, é importante que a formação seja contínua e que além de cursos de formação estruturados que esses sejam eternos pesquisadores.



Para esse estudo indicamos que conheçam outros projetos de Esporte Educacional, refletindo sobre quais ações podemos incorporar nos nossos projetos e sobre os erros que podemos evitar que aconteçam.

Outra forma de crescimento, formação e aprendizagem é conhecer as pesquisas científicas que abordam os programas/projetos de Esporte Educacional para verificar os resultados que esses apresentam e também para conhecer formas de avaliar nossos projetos e buscar melhorá-los sempre para que se tornem Propostas Inovadoras de Atuação Inclusiva.

Os Programas/projetos de Esporte Educacional se intensificaram e ganharam políticas públicas de financiamento, multiplicando-se por todo Brasil, alguns destes são de nível federal, mas também temos em todo país projetos educacionais por meio do esporte com atuação intensa e significativa nas comunidades locais.



Apenas para citar alguns exemplos, temos os programas do Governo Federal de democratização do acesso ao esporte, nomeadamente, o **Programa Segundo Tempo**, o **Programa Esporte e Lazer da Cidade**, o **Programa Recreio nas Férias**. Em âmbito estadual é possível citar o **Esporte Social em São Paulo**, o **Programa Minas Esporte em Minas Gerais**, o **Programa Campeões do Futuro no Espírito Santo**. Além de iniciativas privadas e da sociedade civil como é o **Programa Esporte e Cidadania da Petrobras**, os programas do **Instituto Esporte e Educação**, o **Programa Educação pelo Esporte do Instituto Ayrton Senna**, todos eles vinculados aos princípios do esporte educacional, com a finalidade de formação para o exercício da cidadania.(RODRIGUES, DARIDO, PAES, 2013, p.325).

Dentre os inúmeros programas/projetos esportivos que tenham o objetivo educacional, isso é, objetiva os princípios da cidadania, da diversidade, da inclusão social e da democracia, como preconizado na Política Nacional de Esporte, destacamos:

Nome	Objetivo	Público	Dinâmica
Programa Segundo Tempo	viabilizar o acesso às múltiplas vivências esportivas para crianças e adolescentes, como fator de formação da cidadania e desenvolvimento integral, prioritariamente dos que estão em áreas de vulnerabilidade social.	crianças e adolescentes de seis a 17 anos.	desenvolvimento de núcleos com práticas corporais diversas, por meio da estruturação de Proposta Pedagógica Planejada, que contemplem os fundamentos do esporte educacional.
Fonte: <a href="http://esporteparatodos.esporte.gov.br/o-programa/">http://esporteparatodos.esporte.gov.br/o-programa/</a>			

Muitos outros projetos estaduais, municipais e locais podem ser encontrados com objetivo do Esporte Educacional. Cada um com suas especificidades, experiências e inovações. O importante é que sigam os princípios presentes na Política Nacional de Esportes que os tornam verdadeiramente educacionais, onde chamamos atenção para o caráter inclusivo, sem objetivo de seletividade ou competição.

Para além de apresentar muito rapidamente os projetos dissemos da importância formadora para o Esporte Educacional de se conhecer as pesquisas realizadas nesse espaço.

Em uma pesquisa que realizamos para esse material no Banco de Dados de dissertações e teses da Capes, em março de 2021, ao utilizar para busca o termo “Esporte Educacional” tivemos como resultado ao todo 66 trabalhos, sendo os trabalhos defendidos de 1998 a 2019, dentre eles encontramos 14 teses de doutorado.

Ao refinarmos o resultado para os trabalhos de mestrado e doutorado dos últimos 10 anos, isso é, a partir de 2011, encontramos 50 trabalhos, isso é apenas 16 trabalhos foram realizados antes disso, o que mostra que é um tema que vem

sendo tratado com maior intensidade nos últimos anos. Outro dado interessante é que apenas uma das 14 teses de doutorado foi defendida antes de 2011.

Cada um desses trabalhos apresenta grande riqueza de informações dos Programas/Projetos de Esporte Educacional, alguns com maior enfoque nas questões pedagógicas e relação professor/aluno, outros discutem a gestão/administração, outros discutem os processos de formação de professores e outros temas variados. Entrar na plataforma de busca da Capes, conhecer os títulos buscando quais podem nos auxiliar nos projetos, entrando nos resumos para buscar quais metodologias e resultados podem fazer mudanças na nossa atuação, é certamente um processo formativo que deveria ser feito por todos os gestores e professores envolvidos nos projetos.

Apenas como exemplo das possibilidades de aquisição de conhecimento por meio desses trabalhos apresentaremos os últimos trabalhos defendidos em 2019, presentes na plataforma. Cada um dos três trabalhos estuda variáveis e ênfases diferentes, sobre: vivência pedagógica no projeto de Esporte Educacional (QUINTILIO, 2019), captação de recursos para os projetos (VANUCCI, 2019) e gestão em pedagogia do esporte (UHLE, 2019).

Muito teríamos a discutir nesse material sobre as muitas reflexões e discussões que poderíamos ter sobre Esporte Educacional. Sem dúvidas, os Projetos e Programas nesse material discutidos podem auxiliar, por meio do esporte para formação de crianças e adolescentes mais críticos, atuantes, cidadãos, cooperativos, responsáveis e inclusivos, com práticas não seletivas e hipercompetitivas, para uma sociedade mais justa e humana.

## DICA



Entrar na plataforma de busca da Capes, conhecer os títulos buscando quais podem nos auxiliar nos projetos, entrando nos resumos para buscar quais metodologias e resultados, podem fazer mudanças na nossa atuação, é certamente um processo formativo que deveria ser feito por todos os gestores e professores envolvidos nos projetos.

## **MÓDULO 4**

---

### **Referencial Teórico**

p.59

ANVERSA, A.L.B.; BISCONSINI, C.R.; RETAMAL, F.C.; KRAVCHYCHYN, C.; STAREPRAVO, F.A.; OLIVEIRA, A.A.B. de; O papel do planejamento pedagógico participativo no desenvolvimento do “Programa Segundo Tempo”. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v.16, n.02, p.111-120, 2017. ISSN; 1981-4313.

ANVERSA, A.L.B.; BISCONSINI, C.R.; RETAMAL, F.C.; KRAVCHYCHYN, C.; STAREPRAVO, F.A.; OLIVEIRA, A.A.B. de; O papel do planejamento pedagógico participativo no desenvolvimento do “Programa Segundo Tempo”. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v.16, n.02, p.111-120, 2017. ISSN; 1981-4313.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Ministério do Esporte. Brasília. 2005. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/contato/83-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/sala-de-imprensa2/21849-politica-nacional-do-esporte>. Acesso em 13 fev. 2021.

CIDADE, Ruth Eugênia. **Inclusão, Deficiência e Valores Paraolímpicos**. OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli de; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (orgs.). **Recreio nas férias e os valores olímpicos**. Maringá: Eduem, 2010.

DALLA DÉA, Vanessa Helena Santana et al. Visibilidade do esporte e atleta paraolímpico [Ebook]. **Coleção Inclusão**. Goiânia: Cegraf UFG, 2020. Disponível em [https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/colecao\\_inclusao/livros/3/index.html](https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/colecao_inclusao/livros/3/index.html). Acesso em: 06 mar. 2021.

DUPRAT, Rodrigo Mallet; BARRAGÁN, Teresa Ontañón; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. Atividades Circenses. GONZÁLEZ, Fernando Jaime; DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de (orgs.). Ginástica, dança e atividades circenses. **2. ed.** – Maringá: Eduem, 2017. v. 3 (232 p.).

FERREIRA, Amanda Cristina de Moura. **Influência de um programa de esporte educacional com base no atletismo sobre o desenvolvimento motor e social de crianças de 8 a 11 anos de idade**. Dissertação de (Mestrado)- Universidade Estadual de Maringá. 2014.



FRANCO, Laércio Claro Pereira; CAVASINI, Rodrigo; DARIDO, Suraya Cristina. **Práticas corporais de aventura**. GONZÁLEZ, Fernando Jaime; DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de (orgs.). **Ginástica, dança e atividades circenses**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2017. v. 3 (232 p.).

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de (orgs.). **Ginástica, dança e atividades circenses**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2017. v. 3 (232 p.).

KIOURANIS, Taiza Daniela Seron. Dança. GONZÁLEZ, Fernando Jaime; DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de (orgs.), **Ginástica, dança e atividades circenses**. 2. ed. – Maringá: Eduem, 2017. v. 3 (232 p.).

KRAVCHYCHYN, Claudio. Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: **histórico, estado da arte e contribuições do programa segundo tempo** / Claudio Kravchychyn. -- Maringá, 2014. 177 f.

LIMA, Marlini Dorneles de; OLIVEIRA, Adriana Lopes de; DALLA DÉA, Vanessa Helena Santana Dalla Déa. **Endless: um processo criativo e a construção de emergentes poéticas da diferença**. Revista Mosaico. 4ª ed., 2018. Disponível em . Acesso em: 20 de fev. 2021.

MIRON, Edison Martins. Da pedagogia do jogo ao voleibol sentado: **possibilidades inclusivas na Educação Física Escolar**. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

MOTA, David Xavier. **O significado do esporte em um projeto de esporte educacional da periferia de Fortaleza** / David Xavier Mota. – 2017. 61 f. : il. color. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Educação Física e Esportes, Curso de Educação Física, Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli de; PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis (orgs.). **Recreio nas férias e os valores olímpicos**. Maringá: Eduem, 2010.

QUINTILIO, Natalia Kohatsu. Das vivências às experiências significativas: **os valores olímpicos como mobilizadores das habilidades socioemocionais por meio do esporte educacional** 25/10/2019 173 f. Tese (Doutorado em Educação Física e Esporte)- Universidade de São Paulo, São Paulo, Biblioteca Depositária: EEFE-USP

RINALDI, Ieda Parra Barbosa. **Ginástica**. GONZÁLEZ, Fernando Jaime; DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de (orgs.). **Ginástica, dança e atividades circenses**. 2. ed. – Maringá: Eduem, 2017. v. 3 (232 p.).

RODRIGUES, Heitor de Andrade; DARIDO, Suraya Cristina; PAES, Roberto Rodrigues. **O esporte coletivo no contexto dos projetos esportivos de inclusão social: contribuições a partir do referencial técnico-tático e sócio-educativo**. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 320618, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/16770/14611>. Acesso em: 07 mar. 2021.

RUFINO, L. G. B., DARIDO, S. C. (2012). Pedagogia do esporte e das lutas: em busca de aproximações. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 26(2), 283-300. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/45899> . Acesso em: 04 mar. 2021

SALLES, Helena da Motta **Gestão democrática e participativa** / Helena da Motta Salles. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012. 108p. : il.

TAVARES, Fernando Gomes de Oliveira. **O conceito de inovação em educação: uma revisão necessária**. Educação Revista UFSM, 2019. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/287358022.pdf> , Acesso em 04 mar. 2021.

TUBINO, Manoel José Gomes. Estudos brasileiros sobre o esporte: **ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

UHLE, Eduardo Roberto. Gestão em pedagogia do esporte: **um estudo de caso em projeto social esportivo**. 2019. 1 recurso online (120 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP.

VANUCCI, Luis Henrique Torquato. Estratégias para captação de recursos em organizações que trabalham com esporte educacional. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física e Esporte)–Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: EEFE-USP.